ÍNDICE
LEI Nº 1.178/91
INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE

Parte Geral – Das Disposições Preliminares.....	4
Título I	
Capítulo I – Do Sistema Tributário do Município.....	4
Seção Única – Disposições Gerais.....	4
Capítulo II	
Seção I – Da Competência para Tributar.....	4
Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar.....	5
Título II – Da Planta Genérica de Valores.....	6
Título III – Dos Tributos Municipais.....	7
Capítulo I – Do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.....	7
Seção I – Da Incidência.....	7
Seção II – Da Alíquota e da Base de Cálculo.....	8
Seção III – Do Lançamento e da Arrecadação.....	9
Seção IV – Das Isenções.....	10
Seção V – Dos Acréscimos Legais.....	11
Seção VI – Da Impugnação Contra o Lançamento.....	11
Seção VII – Das Certidões Negativas.....	12
Capítulo II – Do Imposto sobre Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais a Eles Relativos.....	12
Seção I – Da Incidência.....	12
Seção II – Da Não Incidência.....	13
Seção III – Das Alíquotas.....	14
Seção IV – Dos Contribuintes.....	14
Seção V – Da Base de Cálculo.....	14
Seção VI – Da Arrecadação do Imposto.....	15
Seção VII – Da Restituição do Imposto.....	15
Seção VIII – Das Impugnações e Recursos.....	15
Seção IX – Das Obrigações dos Serventuários da Justiça.....	15
Capítulo III – Do Imposto sobre a Venda de Combustíveis Líquidos e Gasosos – IVV	16
Seção I – Da Incidência.....	16
Seção II – Do Contribuinte.....	16
Seção III – Do Recolhimento.....	17
Seção IV – Da Base de Cálculo.....	17
Seção V – Das Alíquotas.....	17
Seção VI – Do Prazo de Recolhimento.....	17
Seção VII – Das Penalidades.....	18
Capítulo IV – Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	20
Seção I – Da Incidência.....	20
Seção II – Do Local de Prestação de Serviços.....	31
Seção III – Do Contribuinte e dos Responsáveis.....	33
Seção IV – Da Alíquota e da Base de Cálculo.....	37
Seção V – Das Declarações Obrigatórias.....	39
Seção VI – Do Lançamento e do Recolhimento.....	39

Seção VII – Da Não Incidência e das Isenções.....	42
Título IV – Das Taxas	43
Capítulo I – Das Taxas Decorrentes do Exercício do Poder de Polícia Administrativa.....	43
Seção I – Das Disposições Gerais.....	43
Seção II – Da Taxa de Licença para Localização de Estacionamento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.....	44
Seção III – Da Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.....	46
Seção IV – Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial.....	46
Seção V – Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante.....	46
Seção VI - Da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras e Instalações Particulares.....	47
Seção VII – Da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Urbanização de Terrenos Particulares.....	48
Seção VIII – Da Taxa de Licença para Publicidade.....	50
Seção IX – Da Taxa de Licença de Ocupação e Permanência em Áreas, Vias ou Passeios e em Logradouros Públicos.....	50
Seção X – Da Taxa de Licença para Abate de Gado.....	50
Capítulo II – Da Taxa de Expediente e Serviços Diversos.....	51
Seção I – Da Taxa de Expediente.....	51
Seção II – Da Taxa de Serviços Diversos.....	51
Capítulo III – Da Taxa dos Emolumentos.....	52
Capítulo IV – Da Taxa de Serviços Urbanos em Razão da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviço Público Específico e Divisível.....	52
Seção I – Das Disposições Gerais.....	52
Seção II – Da Taxa de Limpeza Pública.....	53
Seção III – Da Taxa de Iluminação Pública.....	55
Seção IV – Da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos.....	56
Seção V – Da Taxa de Conservação e Estradas de Rodagem.....	57
Seção VI – Da Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios.....	57
Capítulo V – Da Contribuição de Melhoria.....	59
Seção I – Das Disposições Gerais.....	59
Seção II – Das Disposições Especiais sobre as Obras de Pavimentação.....	62
Seção III – Das Disposições Especiais sobre as Obras de Construção de Estradas.....	63
Título V – Da Administração Fiscal e Orientação dos Contribuintes.....	64
Capítulo Único	
Seção I – Da Administração Fiscal.....	64
Seção II – Do Domicílio Tributário.....	66
Seção III – Das Obrigações Tributárias Acessórias.....	66
Seção IV – Do Lançamento.....	68
Seção V – Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos.....	70
Seção VI – Da Restituição do Indevido.....	71
Seção VII – Da Decadência e da Prescrição.....	72
Seção VIII – Das Imunidades e Isenções.....	73
Seção IX – Da Dívida Ativa.....	74
Seção X- Do Processo De Parcelamento De Débito Fiscal.....	77

Título VI	
Capítulo Único – Das Penalidades.....	79
Seção I – Das Disposições Gerais.....	79
Seção II – Das Multas.....	80
Seção III – Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais.....	85
Seção IV – Da Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização.....	85
Seção V – Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções.....	86
Seção VI – Das Penalidades Funcionais.....	86
Título VII – Do Processo Fiscal.....	86
Capítulo I – Das Medidas Preliminares e Incidentes.....	86
Seção I – Dos Termos de Fiscalização.....	86
Seção II – Da Apreensão de Bens Móveis, Mercadorias e Documentos.....	87
Seção III – Da Notificação Preliminar.....	87
Seção IV – Da Representação.....	88
Capítulo II – Dos Atos Iniciais.....	89
Seção I – Do Auto de Infração.....	89
Seção II – Das Reclamações Contra Lançamento.....	90
Seção III – Da Defesa.....	90
Seção IV – Das Provas.....	90
Seção V – Da Decisão de Primeira Instância.....	91
Seção VI – Dos Recursos.....	91
Seção VII – Da Execução das Decisões Fiscais.....	92
Título VIII – Do Cadastro Fiscal.....	93
Capítulo I – Das Disposições Gerais.....	93
Capítulo II – Da Inscrição no Cadastro Imobiliário.....	93
Capítulo III – Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes.....	94
Capítulo IV – Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza.....	95
Título IX – Da Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande.....	96
Título X – Das Disposições Finais.....	97

LEI Nº 1.178, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991
(D.O.E. de 30/12/91)

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE

Parte Geral
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta Lei institui o Código Tributário do Município que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito tributário a eles pertinentes.

Art. 2º - Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os Contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário constantes da Constituição Federal, Constituição do Estado de Mato Grosso, Lei Orgânica Municipal e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

Título I
Capítulo I
Do Sistema Tributário do Município
Seção Única
Disposições Gerais

Art. 3º - O Sistema Tributário do Município compõe-se dos seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a estes objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Capítulo II
Seção I
Da Competência para Tributar

Art. 4º - São de competência do Município os impostos sobre:

I - Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Transmissão "Inter Vivos", a qualquer Título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III - Vendas a Varejo de Combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no Art. 155, I, b, da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar.

§ 1º - Os impostos previstos no inciso I poderão ser progressivos de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do Imposto Estadual previsto no Art. 155, I, b, da Constituição Federal, sobre a mesma operação.

§ 4º - Cabe à Lei Complementar:

I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;

II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.

Art. 5º - Pelo exercício regular do Poder de Polícia, ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público ou potencial específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

I - Taxa de Licença;

II - Taxa de Serviços Urbanos;

III - Taxa de Expediente e Serviços Diversos;

IV - Taxa de Pavimentação e Serviços Preparatórios;

V - Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem;

VI - Taxa de Prevenção e Combate a Incêndio.

Seção II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 6º - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, Títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo em efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias reservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações, das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e Assistência Social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Parágrafo único - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária só poderá ser concedida através da lei específica.

Título II **Da Planta Genérica de Valores**

Art. 7º - A Planta Genérica de Valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do Município de Várzea Grande, através do loteamento dos imóveis prediais e territoriais localizados na zona urbana do Município.

§ 1º - A Planta Genérica de Valores determinará o valor venal dos imóveis, o qual servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais:

I - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de bens imóveis de direitos reais a eles relativos;

III - Contribuição de Melhoria.

Art. 8º - Os valores unitários do metro quadrado de construção e de terreno, serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - preços correntes de transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário;

II - custos de produção;

III - locações correntes;

IV - características da região onde se situa o imóvel;

V - padrão ou tipo de construção;

VI - fator de obsolescência.

§ 1º - Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aforamento ou comodidade;

II - as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

§ 2º - A Planta Genérica de Valores será regulamentada por decreto do Executivo, após estudos realizados por uma comissão composta de elementos pertencentes aos órgãos competentes da administração municipal, juntamente com representantes das entidades ligadas ao mercado imobiliário de Várzea Grande, designados pelo Prefeito, para este fim específico.

§ 3º - Fica criada uma Comissão Partidária composta de 5 (cinco) Vereadores com assento na Câmara Municipal, que fará parte, obrigatoriamente, para os fins específicos contidos no § 2º do art. 8º.

Art. 9º - Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel, apurado no mês de dezembro do exercício anterior ao do lançamento.

Parágrafo único - Para fins de lançamento dos demais tributos, será utilizado como base de cálculo o valor venal do imóvel, constante do cadastro imobiliário, à época do lançamento.

Título III
Dos Tributos Municipais
Capítulo I
Do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
Seção I
Da Incidência

Art. 10 - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do município.

Art. 11 - Para os efeitos deste imposto, consideram-se zonas urbanas, as definidas e delimitadas em Lei Municipal específica, as áreas urbanizáveis e/ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, mesmo que localizados em áreas rurais, desde que destinadas à habitação, indústria, comércio ou áreas de recreio, observados, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública ou telefone;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único - O imposto incidirá também sobre:

I - o imóvel que, independentemente de sua localização, tiver área inferior ou igual a 01 (um) hectare e não se destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial;

II - o imóvel que se destinar a recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão ou localização.

Art. 12 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

§ 1º - Conhecido o proprietário, a ele dar-se-á preferência na condição de sujeito passivo.

§ 2º - Tratando-se de imóvel foreiro o sujeito passivo será o titular do domínio útil.

§ 3º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio, devido ao fato de ser imune ao imposto ou dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel, seja cessionário, posseiro ou ocupante a qualquer título.

§ 4º - O promitente comprador imitado na posse, os titulares de direitos reais sobre imóvel alheio ou fideicomissionário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.

§ 5º - Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 13 - O imposto é devido, a critério da repartição competente:

I - por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II - por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

§ 1º - O Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a eles relativos, “inter-vivos” ou “causa mortis”.

§ 2º - Para a lavratura de escritura pública, relativa a bem imóvel, é obrigatório a apresentação de certidão negativa de tributos sobre propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Seção II

Da Alíquota e da Base de Cálculo

Art. 14 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel. Para efeito de cálculo do imposto, aplicar-se-ão as seguintes alíquotas.

I - Predial:

a) 0,6% (seis décimos por cento) para imóveis até 100 m²;

b) 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor venal do imóvel edificado, acima de 100 m² quando se tratar de prédios exclusivamente residenciais;

c) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor venal dos imóveis edificados, quando seu uso for destinado às indústrias;

d) 0,6% (seis décimos por cento), sobre o valor venal dos imóveis edificados, quando seu uso for destinado ao comércio.

II - Territorial:

a) 2% (dois por cento) para terreno sem construção;

b) 1% (um por cento) para terreno com construção.

Art. 15 - O valor venal dos imóveis, para fins de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, será o valor constante do cadastro imobiliário, apurado com base nos dados obtidos através da Planta Genérica de Valores.

Art. 16 - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana sofrerá os acréscimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo quando recair sobre:

I - imóveis situados em logradouros ou via pública pavimentada ou que, não sendo pavimentada, possua conjuntamente: guias, sarjetas, redes de energia elétrica, água e iluminação pública, e que esteja em alguma das seguintes situações:

a) sem edificações;

b) com edificações provisórias ou precárias salvo quando nela residir o proprietário;

c) sem quaisquer benefícios de passeios, muros e utilizações internas;

II - edificações em ruína, condenada, interditada ou abandonada.

§ 1º - As alíquotas a que se refere o artigo 14 serão acrescidas anualmente conforme estipulados nos incisos seguintes, quando o imposto recair sobre imóveis que estejam em quaisquer das situações previstas nos incisos I e II desse artigo:

I - 1,0% (um ponto percentual) no primeiro ano;

II - 2,0% (dois pontos percentuais) no segundo ano;

III - 4,0% (quatro pontos percentuais) no terceiro ano;

IV - 8,0% (oito pontos percentuais) no quarto ano;

V - 16,0% (dezesesseis pontos percentuais) no quinto ano.

§ 2º - Cessar a progressividade, aplicada em decorrência do disposto neste artigo a partir do exercício seguinte ao do início da construção ou reforma.

Art. 17 - O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano será de valor igual a 1 (uma) Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande (UPF).

Art. 18 - Considera-se edificado, para fins deste imposto, o imóvel portador de certidão de "habite-se" fornecida pela repartição fiscal competente, bem como aqueles detectados pela fiscalização em situação irregular.

Seção III Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 19 - O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano sempre que possível, será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 20 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, o lançamento será efetivado:

I - quando "pró-indiviso", em nome de qualquer dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;

II - quando "pro-diviso", em nome do proprietário titular do domínio útil ou do possuidor de unidade autônoma.

§ 2º - Quando o imóvel pertencer a espólio, far-se-á o lançamento em nome deste e feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim, ficam os herdeiros obrigados a promoverem a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 3º - O lançamento do imposto de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 4º - Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, se em nome deste estiver inscrito no cartório de registro de imóveis.

Art. 21 - O lançamento do imposto será anual e a forma de recolhimento deverá ser efetuada conforme dispuser o regulamento do Executivo.

§ 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador a partir de 1º de janeiro de cada ano, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério da administração pública municipal.

§ 2º - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado em "UPF", sendo seu valor transformado em moeda corrente à época do pagamento.

§ 3º - O pagamento total do imposto, feito no prazo de vencimento da primeira parcela, gozará de desconto de 10% (dez por cento).

Art. 22 - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias, bem como feitos lançamentos substitutivos, aditivos ou retificativos das falhas existentes.

Parágrafo único - Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido feitos por falta da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados, isentos de multa e juros de mora.

Art. 23 - O contribuinte terá ciência do lançamento do imposto através de edital publicado no Diário Oficial do Estado ou em jornal de grande circulação no Município.

Art. 24 - O sujeito passivo considera-se regularmente notificado do lançamento, com a entrega da notificação-recibo, pessoalmente ou pelo Correio, no próprio local do imóvel ou no local por ele indicado.

§ 1º - A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito pelo sujeito passivo, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

§ 2º - A notificação pelo Correio deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, na imprensa local, no mínimo em um jornal de grande circulação no Município, das datas de entrega nas agências postais das notificações-recibo e das suas correspondentes datas de vencimento.

§ 3º - Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 05 (cinco) dias após a entrega das notificações-recibo nas agências postais.

§ 4º - A presunção referida no parágrafo anterior é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento da notificação-recibo, protocolada pelo sujeito passivo junto à Administração Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de sua entrega nas agências postais.

§ 5º - Na impossibilidade de entrega da notificação-recibo, protocolada na forma prevista neste artigo, ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificação do lançamento far-se-á por edital.

Seção IV Das Isenções

Art. 25 - São isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sob a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município, o prédio ou terreno:

I - cedido em sua totalidade, para uso da União, dos Estados, dos Municípios ou de suas autarquias;

II - pertencente a sociedades ou instituições sem fins lucrativos, que se destinam a congregar classes patronais ou trabalhadoras educacionais e religiosas, com o fito de realizar a união dos associados, sua representação e defesa, a elevação do seu nível cultural ou físico, espiritual e assistência médico-hospitalar ou a recreação social;

III - pertencentes aos inválidos, idosos e aposentados, conforme determinado em lei;

IV - os proprietários de pequenos recursos que não possuam outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a Lei fixar.

Seção V Dos Acréscimos Legais

Art. 26 - O contribuinte que não efetuar o pagamento do imposto, nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, ficará sujeito a:

I – multa sobre o valor do imposto corrigido monetariamente de acordo com os seguintes percentuais:

a) até 15 (quinze) dias de atraso – 02% (dois por cento);

b) acima de 15 (quinze) dias multa de 02% (dois por cento) mais juros de mora de 12% (doze por cento) ao a.a.

II - correção monetária;

III - juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano contados por mês ou fração, aplicados sobre o valor corrigido monetariamente, até a data do recolhimento do tributo.

§ 1º - A correção monetária com base nos índices oficiais, para os débitos fiscais, será devida a partir do mês em que o recolhimento deveria ter sido efetuado, e a este acrescida para todos os efeitos.

§ 2º - Após o vencimento, o crédito tributário será inscrito como dívida ativa, e proceder-se-á a sua cobrança por via amigável no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual será processada a cobrança por via judicial.

§ 3º - Ficarão isentos das penalidades enumeradas no inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, o servidor público federal, estadual ou municipal que esteja com seus vencimentos em atraso, desde que liquide o débito até o terceiro dia útil após o recebimento do vencimento atrasado.

Seção VI Da Impugnação Contra o Lançamento

Art. 27 - O contribuinte que não concordar com o lançamento do imposto poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do edital de lançamento ou da comunicação pessoal.

Art. 28 - Apresentada a impugnação, o órgão responsável pelo lançamento pronunciar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do edital de lançamento ou da comunicação pessoal.

Art. 29 - As impugnações não são decididas sem a informação do órgão responsável pelo lançamento.

Art. 30 - As impugnações suspendem a exigibilidade do imposto, aplicando-se, aos casos não providos, os acréscimos legais.

Art. 31 - Se dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo a reclamação não tiver sido julgada, é facultado ao impugnante requerer ao Presidente do Conselho de Recursos Fiscais a avocação dos autos.

Seção VII Das Certidões Negativas

Art. 32 - Iniciada a cobrança do imposto, as certidões negativas do tributo requeridas para lavratura, inscrição ou transcrição de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamento, ou locação, somente serão expedidas à vista do pagamento integral do imposto lançado.

Art. 33 - As certidões negativas de tributos imobiliários terão validade até o dia anterior ao do início da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

§ 1º - Nas certidões expedidas nos termos deste artigo serão consignadas, obrigatoriamente, observação sobre créditos vincendos, se houver.

§ 2º - Constando na certidão negativa observação quanto a créditos vincendos, pelos mesmos responderá solidariamente o adquirente do imóvel.

§ 3º - Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Capítulo II Do Imposto sobre Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais a Eles Relativos Seção I Da Incidência

Art. 34 - Imposto sobre Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais a Eles Relativos tem como fator gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II - a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto de direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art. 35 - Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e venda;

II - a dação em pagamento;

III - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contínuos;

IV - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos substabelecimentos;

V - a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI - a cessão de direito do arrematante ou adjudicatário, depois do assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

VII - a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados neste Município;

VIII - a cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

IX - todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, "inter-vivos", por natureza ou acessão física e constitutivos de direitos reais sobre imóveis.

Art. 36 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre transmissão dos bens ou direitos quando:

I - decorrente da incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nela subscrito;

II - decorrente da incorporação, fusão, cisão ou de extinção de pessoa jurídica;

III - ocorrer substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer para efeito de receber, o mandatário, a escritura definitiva do imóvel;

IV - decorrente de retrocessão, ao voltarem os bens ao domínio do alienante por falta de destinação do imóvel desapropriado.

Parágrafo único - Ocorrendo a hipótese prevista no item IV, o imposto pago não será restituído.

Art. 37 - O disposto nos incisos I e II do artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º - Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores ou nos 2 (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguinte à data de aquisição.

§ 3º - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da lei.

§ 4º - A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Seção II **Da Não Incidência**

Art. 38 - O imposto não incide sobre as transmissões de imóveis:

I - para a União, Estados e Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quando destinados aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II - para partidos políticos, inclusive suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos;

III - para servirem de templo de qualquer culto.

§ 1º - O disposto no item II é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- a) não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º - A vedação do item I não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário.

Seção III Das Alíquotas

Art. 39 - As alíquotas do imposto são as seguintes:

I - transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação a que se refere a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar:

- a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);
- b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento);

II - conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação: 0,5% (meio por cento);

III - demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento).

Seção IV Dos Contribuintes

Art. 40 - São contribuintes do imposto:

I - o concessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II - na permuta, cada um dos permutantes;

III - os mandatários;

IV - o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído.

Seção V Da Base de Cálculo

Art. 41 – A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Parágrafo Único. O valor formalmente declarado na transmissão será adotado quando superior ao previsto no caput deste artigo.

Art. 42 - Nas arrematações o valor será correspondente ao preço do maior lance e nas adjudicações o correspondente ao preço e nas adjudicações e remições o correspondente ao maior lance ou à avaliação nos termos do processo, conforme o caso.

Art. 43 - Nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda será deduzida, do valor tributável, a parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 44 - Não serão abatidas do valor-base, para cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

Seção VI Da Arrecadação do Imposto

Art. 45 - Executadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato.

Art. 46 - Na arrematação, adjudicação ou remição, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias desses atos, sempre antes da assinatura da respectiva carta.

Parágrafo único - No caso de oferecimento de embargos, o prazo se contará da sentença transitada em julgado.

Seção VII Da Restituição do Imposto

Art. 47 - O imposto será restituído quando indevidamente recolhido ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

Seção VIII Das Impugnações e Recursos

Art. 48 - O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - A impugnação não terá efeito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

Art. 49 - Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 50 - Reduzido o valor venal proceder-se-á à restituição da diferença do imposto pago em excesso.

Art. 51 - As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria de Economia e Finanças observadas as normas pertinentes à matéria.

Seção IX Das Obrigações dos Serventuários da Justiça

Art. 52 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do registro de imóveis os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, sob pena de pagamento de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, respondendo solidariamente pelo imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 53 - Os serventuários da justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização do Município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

Art. 54 - Os tabeliães, escrivães e oficiais de notas e do Registro de Imóveis remeterão, mensalmente, à repartição fiscal do Município, relação das averbações, anotações, registros e transações envolvendo bens imóveis ou direitos reais a eles relativos, efetuados no cartório.

Art. 55 - O Secretário de Economia e Finanças do Município comunicará à autoridade competente qualquer embaraço à ação fiscal criados pelos serventuários da Justiça.

Capítulo III
Do Imposto sobre a Venda de Combustíveis Líquidos e Gasosos - IVV
Seção I
Da Incidência

Art. 56 - O Imposto Municipal sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos - IVV, tem como fato gerador a venda a varejo efetuada por estabelecimento que promova sua comercialização.

Parágrafo único - Considera-se a varejo, as vendas de qualquer quantidade, efetuadas a consumidor final.

Art. 57 - O Imposto sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos não incide sobre a venda a varejo de óleo diesel.

Art. 58 - Considera-se local de operação, aquele onde se encontrar o produto no momento da venda.

Seção II
Do Contribuinte

Art. 59 - Contribuinte do imposto, é o estabelecimento comercial ou industrial que realizar as vendas descritas no artigo primeiro.

§ 1º - Considera-se estabelecimento o local construído ou não, onde o contribuinte exerce sua atividade em caráter permanente ou temporário, de comercialização a varejo dos combustíveis sujeitos ao imposto.

§ 2º - Para efeito de cumprimento de obrigação será considerado autônomo cada um dos estabelecimentos permanentes ou temporários, inclusive os veículos utilizados no comércio ambulante.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos veículos utilizados para simples entrega de produtos a destinatários certos, em decorrência de operação já tributada.

Art. 60 - Consideram-se também contribuintes:

I - os estabelecimentos de sociedades civis de fins não econômicos, inclusive cooperativas, que pratiquem com habitualidade operações de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;

II - o estabelecimento de órgão da Administração Pública Direta, de Autarquias ou de Empresa Pública, Federal, Estadual ou Municipal, que venda a varejo produtos sujeitos ao imposto, ainda que a compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

Art. 61 - Como medida preventiva contra a sonegação e/ou evasão fiscal, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a determinar, por Decreto, que seja atribuída a condição de responsável substituto ao produtor, industrial, distribuidor ou comerciante atacadista, pelo recolhimento do imposto devido pelo vendedor varejista.

Parágrafo único - Caso o responsável e o contribuinte estejam situados em Municípios diversos, a substituição dependerá de convênio entre as unidades envolvidas.

Seção III Do Recolhimento

Art. 62 - São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto devido:

I - o transportador, em relação aos produtos transportados e comercializados no varejo durante o transporte;

II - o armazém ou depósito que mantenha sob sua guarda, em nome de terceiros, produtos destinados à venda direta a consumidor final.

Seção IV Da Base de Cálculo

Art. 63 - A base de cálculo do imposto é o valor de venda do combustível líquido ou gasoso no varejo, incluídas as despesas adicionais debitadas pelo vendedor ao comprador.

Parágrafo único - O montante do imposto integra a base de cálculo a que se refere este artigo, constituindo a respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

Art. 64 - A autoridade fiscal poderá arbitrar a base de cálculo, sempre que:

I - não forem exibidos ao fisco os elementos necessários à comprovação do valor das vendas, inclusive nos casos de perda, extravio ou atraso na escrituração de livros ou documentos fiscais;

II - houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor das operações de venda;

III - estiver ocorrendo venda ambulante, a varejo, de produtos desacompanhados de documentos fiscais.

Seção V Das Alíquotas

Art. 65 - A alíquota do imposto é de 1,5% (um e meio por cento).

Seção VI Do Prazo de Recolhimento

Art. 66 - O imposto será apurado na forma e recolhido no prazo estabelecido em ato baixado pelo Poder Executivo.

Art. 67 - O Poder Executivo poderá celebrar convênio com Estados e Municípios, objetivando a implementação de normas e procedimentos que se destinem à cobrança e à fiscalização do tributo.

Parágrafo único - O convênio poderá disciplinar a substituição em casos de substituto sediado em outro Município.

Seção VII Das Penalidades

Art. 68 - O crédito tributário não liquidado nas épocas fica sujeito a atualização monetária do seu valor.

Parágrafo único - As multas devidas serão aplicadas sobre o valor do imposto corrigido.

Art. 69 - O descumprimento das obrigações principais e acessórias sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo da exigência do imposto:

I - 100% (cem por cento) do valor do imposto aos que:

- a)** tendo emitido documentos fiscais e lançado nos livros próprios, deixarem de recolher, no prazo legal, no todo ou em parte o imposto correspondente;
- b)** na qualidade de contribuinte substituto, deixarem de reter, na fonte, o imposto devido pelo contribuinte substituído;
- c)** deixarem de recolher o imposto em virtude de haverem registrado, de forma incorreta, nos livros fiscais, o valor real das operações;
- d)** indicarem como isentas ou não tributadas, nos documentos fiscais, operações sujeitas ao imposto;

II - de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor do imposto aos que:

- a)** deixarem de recolher, na qualidade de sujeitos passivos por substituição tributária, o imposto retido na fonte;
- b)** tiverem apurada por meio de levantamento fiscal, falta de recolhimento de imposto;

III - de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto aos que:

- a)** com o propósito de obterem vantagens para si ou para outrem, emitirem documento fiscal que não corresponda a uma efetiva operação;
- b)** emitirem documento fiscal com numeração e/ou seriação em duplicidade;
- c)** emitirem documento fiscal contendo indicações diferentes nas respectivas vias;
- d)** indicarem no documento fiscal importância diversa do valor da operação;
- e)** forjarem, adulterarem ou falsificarem livros ou documentos fiscais;

IV - de 05 (cinco) Unidades Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande - (UPF), aos que:

- a)** deixarem de emitir documentos fiscais nas operações de vendas, ainda que estas sejam imunes, isentas ou não tributadas;
- b)** deixarem de escriturar documentos fiscais relativos às operações, nos livros próprios, ainda que as mesmas sejam imunes, isentas ou não tributadas ou o fizerem em desacordo com as disposições regulamentares;
- c)** utilizarem, sem prévia autorização do Fisco, os livros e documentos fiscais;
- d)** atrasarem a escrituração dos documentos fiscais nos livros próprios;

V - de 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande - UPF, aos que:

- a)** iniciarem as atividades sem prévia inscrição cadastral;

- b)** não comunicarem a paralisação temporária de suas atividades;
- c)** deixarem de comunicar ocorrência que implique em alteração cadastral;
- d)** não possuírem livros e documentos fiscais, quando obrigados pela legislação;
- e)** deixarem de comunicar o extravio, a perda ou inutilização de livro ou documento fiscal;
- f)** deixarem de reconstituir a escrituração de livros fiscais nos casos previstos na alínea anterior;
- g)** deixarem de entregar ou o fizerem fora do prazo, à repartição, os documentos fiscais exigidos pelo Fisco;
- h)** omitirem informações ou indicarem incorretamente dados relativos aos documentos fiscais exigidos pelo Fisco;
- i)** deixarem de manter sob guarda os livros e documentos fiscais pelo prazo de 05 (cinco) anos;
- j)** retirarem ou mantiverem fora dos estabelecimentos os livros e documentos fiscais, sem autorização do Fisco;

VI - de 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande - UPF, aos que:

- a)** recusarem a apresentar livros e documentos fiscais, exigidos pela autoridade fiscal, bem como a tentativa de provocar embaraço, dificultar ou mesmo impedir a ação fiscal;
- b)** imprimirem, para si ou para outrem, ou mandarem imprimir documentos fiscais sem autorização da repartição fiscal, ou em desacordo com as normas pertinentes ou, ainda, de forma diversa da autorizada;
- c)** fizerem uso da máquina registradora ou equipamento congênere, inclusive, relativo a sistema eletrônico de processamento de dados, sem prévia autorização do Fisco ou em desacordo com as disposições regulamentares;
- d)** negarem a fornecer documento fiscal, quando das operações de venda;
- e)** não comunicarem ao Fisco, o encerramento de suas atividades no prazo de 05 (cinco) dias, após a ocorrência do evento.

§ 1º - O recolhimento espontâneo feito fora do prazo regulamentar sujeitará o contribuinte às multas aplicadas, calculadas sobre os valores básicos corrigidos monetariamente, da seguinte forma:

- I** - até 15 (quinze) dias de atraso - 05% (cinco por cento);
- II** - de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias - 10% (dez por cento);
- III** - acima de 30 (trinta) dias - 20% (vinte por cento).

§ 2º - Iniciado o procedimento para exigência do crédito tributário, o contribuinte gozará de redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa, se liquidá-lo no prazo fixado na intimação, de 50% (cinquenta por cento) quando, proferida a decisão administrativa de primeira instância, o crédito exigido for pago no prazo em que caberia interposição de recurso.

§ 3º - A redução prevista no parágrafo anterior não se aplica às hipóteses previstas no inciso III deste artigo.

§ 4º - Nas infrações para as quais não haja penalidade específica será aplicada multa de 08 (oito) Unidades Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande - UPF.

§ 5º - As multas previstas neste artigo terão por base o valor do imposto atualizado monetariamente.

Capítulo IV
Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN
Seção I
Da Incidência

Art. 70 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, tem como hipótese de incidência a prestação dos serviços constantes do parágrafo primeiro deste artigo, Lista de Serviços, ainda que estes não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º- O imposto incide sobre os serviços de:

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~1.03 – Processamento de dados e congêneres. *(alterado pela Lei 4.291/2017)*~~

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos. *(alterado pela Lei 4.291/2017)*~~

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – *(vetado na LC 116/2003)*

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

~~**3.06** – Locação empresarial de bens móveis. *(não previsto na LC 116/2003)*~~

- 4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**
- 4.01 – Medicina e biomedicina.**
 - 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.**
 - 4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.**
 - 4.04 – Instrumentação cirúrgica.**
 - 4.05 – Acupuntura.**
 - 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.**
 - 4.07 – Serviços farmacêuticos.**
 - 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.**
 - 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.**
 - 4.10 – Nutrição.**
 - 4.11 – Obstetrícia.**
 - 4.12 – Odontologia.**
 - 4.13 – Ortóptica.**
 - 4.14 – Próteses sob encomenda.**
 - 4.15 – Psicanálise.**
 - 4.16 – Psicologia.**
 - 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.**
 - 4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.**
 - 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.**
 - 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.**
 - 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.**
 - 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.**
 - 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.**
- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**
- 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.**
 - 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.**
 - 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.**
 - 5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.**
 - 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.**
 - 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.**
 - 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.**
 - 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.**
 - 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.**
- 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**
- 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.**
 - 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.**
 - 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.**
 - 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.**

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – *(vetado na LC 116/2003)*

7.15 – *(vetado na LC 116/2003)*

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~**7.16** – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres. *(alterado pela Lei 4.291/2017)*~~

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no peço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas. (alterado pela Lei 4.291/2017)~~

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

12.18 – Serviços de televisão por assinatura prestados na área do município. *(não previsto na LC 116/2003)*

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – *(vetado na LC 116/2003)*

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia. (alterado pela Lei 4.291/2017)~~

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência Técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer. *(alterado pela Lei 4.291/2017)*~~

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal. (alterado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)~~

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – *(vetado na LC 116/2003)*

17.08 - Franquia (franchising)

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~17.25 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio, exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão. (não previsto na LC 116/2003) (alterado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)~~

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. *(alterado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*~~

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres;

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.

§ 2º- O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 3º- Ressalvadas as exceções expressas no § 1º deste artigo, os serviços nele mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 4º- O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 71 - O fato gerador do imposto ocorre no momento da prestação do serviço, sendo irrelevantes para sua caracterização:

I - a natureza jurídica da operação de prestação do serviço;

II - a validade jurídica do ato praticado;

III - os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos;

IV - a destinação do serviço;

V - o cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações legais;

VI - o resultado financeiro obtido ou não com a prestação de serviço;

VII - a denominação dada ao serviço prestado;

VIII - O pagamento ou não do preço do serviço;

IX - a habitualidade na prestação do serviço;

X - a data da emissão da Nota Fiscal ou Recibo.

Parágrafo Único – Quando os serviços de diversões públicas forem prestados mediante a venda de bilhetes, entradas ou ingressos de qualquer tipo, presume-se, para todos os efeitos legais, ocorrido o fato imponible no momento de seu requerimento na repartição pública, na forma que dispuser o regulamento.

Seção II

Do Local de Prestação de Serviços

Art. 72 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas abaixo, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 2º do art.70 desta Lei.

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista constante do art.70 desta Lei.

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~X – do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei. *(alterado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*~~

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei; *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei. (alterado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)~~

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei; *(redação dada pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

~~XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei. (alterado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)~~

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XIX – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XX – do porto, aeroporto, ferropo, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei; *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei; *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

§ 1º- No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º- No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º- Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei.

§ 4º- A existência do estabelecimento prestador é identificada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- II – estrutura organizacional ou administrativa;
- III – inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação do imóvel, contas de telefone, de energia elétrica, água, gás, propaganda e publicidade, em nome do prestador, seu representante ou preposto;
- VI – local da realização de eventos que configurem fato gerador do imposto, quando for o caso.

§ 5º - Na prestação de serviços de televisão por assinatura com área de abrangência de mais de um município, como o serviço MMDS e os serviços DTH, o imposto é devido aos municípios de domicílio dos respectivos assinantes.

§ 6º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

§ 7º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da lista constante do § 1º do art.70 desta Lei, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

Seção III Do Contribuinte e dos Responsáveis

Art. 73 - Contribuinte do imposto é qualquer pessoa natural ou jurídica que realize operações de prestação de serviços constantes da Lista de Serviços mencionada no § 1º do art. 70 desta Lei, diretamente ou através de terceiros, independente da existência de estabelecimento fixo.

Art. 74 - O sujeito passivo do imposto e a pessoa jurídica de que trata o inciso II do art. 78 desta Lei deverão promover sua inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da constituição da pessoa jurídica ou, ainda, do início das atividades da pessoa natural, nas formas estabelecidas em regulamento.

§ 1º- As alterações de dados cadastrais ocorridas posteriormente à inscrição inicial, bem como o encerramento de atividades do estabelecimento, deverão ser formalizadas perante a Administração Tributária, nos mesmos prazos e condições.

§ 2º- A inscrição de que trata o caput deste artigo será promovida para tantos quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, e cada inscrição receberá um documento comprobatório que é intransferível, devendo ser substituído sempre que venha a ocorrer modificação em seus dados.

Art. 75 – A Administração Tributária poderá, com disponibilidade parcial ou total dos dados do contribuinte, promover, “ex-offício”, a inscrição, alterações de dados, a suspensão ou o seu cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

I – Haverá a suspensão da inscrição, quando:

- a)** não for informada a ausência de movimento tributável, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;
- b)** não for atendida a convocação para recadastramento;
- c)** reiteradamente, não forem atendidas as notificações enviadas pelo Fisco;
- d)** em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no Cadastro Mobiliário;
- e)** não for apresentada a documentação exigida para a conclusão de baixa solicitada, voluntariamente;

II – Haverá o cancelamento da inscrição, quando:

- a)** comprovada a não veracidade ou inautenticidade dos dados e informações cadastrais;

§ 1º- Os contribuintes que tiverem suas inscrições suspensas ou canceladas “ex-offício” ficarão sujeitos às penalidades previstas nesta Lei, além de terem seus débitos inscritos em Dívida Ativa.

§ 2º- Promovida a suspensão ou cancelamento “ex-offício”, os documentos fiscais em poder do contribuinte, não mais poderão ser utilizados.

§ 3º- A reativação da inscrição cadastral ou a concessão de nova inscrição, ficam condicionadas ao pagamento dos débitos decorrentes do cancelamento, sendo que o pagamento não implica em reativação automática, que dependerá de análise da autoridade fiscal competente.

§ 4º- Toda a documentação fiscal do contribuinte deve conter os dados estipulados em Regulamento.

§ 5º- Além da inscrição cadastral, a Administração Tributária poderá exigir do sujeito passivo ou do responsável por substituição tributária a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos que entender necessários, na forma disposta em Regulamento.

Art. 76 – Todo aquele que utilizar serviços prestados por firmas ou profissionais autônomos, exigirá por ocasião do pagamento:

I - se profissional autônomo, emissão de recibo constando o número de sua inscrição no Cadastro Mobiliário do Município de Várzea Grande e apresentação da prova de quitação do ISSQN perante o Fisco Municipal;

II - se pessoa jurídica, emissão da nota fiscal de serviço ou fatura constando o número da inscrição no Cadastro Mobiliário do Município de Várzea Grande.

§ 1º - Não verificadas as condições dos incisos acima, o tomador do serviço reterá o montante do imposto devido sobre o total da operação, recolhendo-o no prazo regulamentar.

§ 2º - A não retenção do imposto a que se refere o parágrafo anterior implicará na responsabilidade do pagador pelo imposto devido, além da multa pela infração.

§ 3º - O montante retido na fonte deverá ser recolhido em nome do responsável pela retenção, mencionando-se na guia de pagamento o nome do contribuinte retido, sua qualificação e o respectivo endereço, excetuando-se deste procedimento os contribuintes nomeados como Substitutos Tributários.

Art. 77 - São responsáveis pelo pagamento do imposto devido:

I – os titulares de direitos sobre prédios, o proprietário do imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, solidariamente com o contribuinte, em relação aos serviços de construção civil e congêneres, que lhes forem prestados, sem a documentação fiscal correspondente e sem prova de pagamento do imposto devido pelo prestador de serviço;

II - a pessoa natural ou jurídica que se utilizar de serviços de empresa ou profissional autônomo, solidariamente com o prestador do serviço, quando dele não exigir:

a) emissão de nota fiscal, nos casos em que o prestador de serviço esteja obrigado a emitila por disposição legal;

b) nos demais casos, comprovação da inscrição no cadastro de contribuintes mobiliários do município;

III - a pessoa jurídica que resulte de fusão, transformação ou incorporação, pelo débito fiscal da pessoa jurídica fusionada, transformada ou incorporada;

IV - o espólio, pelo débito fiscal do "de cujus" até a data da abertura da sucessão, e o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o sócio remanescente ou seu espólio, pelo débito fiscal da pessoa jurídica extinta, caso continue a respectiva atividade, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual;

VI - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário, respectivamente.

Art. 78 - São também responsáveis, solidariamente:

I - a pessoa natural ou jurídica, pelo imposto devido pelo alienante, quando venha a adquirir fundo de comércio ou estabelecimento prestador de serviços, na hipótese de cessação por parte deste da exploração da atividade;

II - a pessoa natural ou jurídica, pelo imposto devido pelo alienante, até a data do ato, quando adquirir fundo de comércio ou estabelecimento prestador de serviços e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra denominação ou razão social, ou sob firma ou nome individual, na hipótese do alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de atividade;

III - a pessoa natural ou jurídica que tenha interesse comum na situação que tenha dado origem à obrigação principal;

IV - todo aquele que efetivamente concorra para a sonegação do imposto;

V - o proprietário, o locador ou o cedente de locais, dependências ou espaço em bem imóvel, ainda que pertencentes ou compromissados à sociedades civis sem fins lucrativos, utilizados para a realização de feiras, exposições, bailes, shows, concertos, recitais ou quaisquer outros eventos de diversões públicas que deixar de exigir do contribuinte comprovante de pagamento ou caução do valor do imposto devido;

VI - a pessoa jurídica que tenha absorvido patrimônio de outra em razão de cisão, total ou parcial, pelo débito fiscal da pessoa jurídica cindida, até a data do ato;

VII - o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, pelo débito fiscal da sociedade;

VIII - os pais, o tutor ou curador, respectivamente pelo débito fiscal de seus filhos menores, tutelado ou curatelado.

Art. 79 - Na condição de responsáveis tributários, são sujeitos passivos responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISSQN :

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista constante do § 1º do art. 70 da presente Lei.

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º da Lei Complementar Nacional nº 157, de 2016. *(acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

§ 1º- Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º- Nas hipóteses deste artigo, cabe ao substituto reter na fonte o valor correspondente ao imposto devido e recolhê-lo no prazo regulamentar.

§ 3º- A responsabilidade de que trata este artigo será considerada satisfeita mediante o pagamento integral do imposto calculado sobre o preço do serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida pelo prestador do serviço.

§ 4º- Para efeitos desta lei, os responsáveis por substituição tributária equiparam-se aos contribuintes do imposto no que tange às obrigações principal e acessória.

Art. 80 - Fica atribuída a responsabilidade na qualidade do contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, às empresas industriais, comerciais, prestadoras de serviços e condomínios situadas e ou inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços do Município de Várzea Grande.

§ 1º- A retenção do ISSQN a que se refere o “caput” deste artigo, abrange todas as atividades enumeradas no § 1º do artigo 70 desta Lei, quando os serviços forem executados por pessoas físicas ou jurídicas que tenham estabelecimento neste Município.

§ 2º- A retenção do ISSQN a que se refere o “caput” deste artigo, abrange também todas as atividades descritas como exceções e elencadas no artigo 72 desta Lei, independentemente do domicílio do prestador.

§ 3º- O contribuinte Substituto Tributário, efetuará a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a partir da ciência de sua nomeação pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º- A forma e o prazo de recolhimento do ISSQN retido atenderão as normas fixadas em regulamento, devendo a retenção ser efetuada no ato do pagamento, independente da data de emissão da Nota Fiscal ou Recibo.

Art. 81 - O prestador de serviço é solidariamente obrigado pelo imposto devido, não retido ou retido e não recolhido pelos responsáveis tributários, devendo escriturar no “Livro Registro de Prestação de Serviços” os valores recebidos, assim como o valor do imposto devido, mencionando na coluna “observações” que o ISSQN foi retido na fonte, com a identificação da fonte pagadora.

§ 1º- A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 2º- O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

§ 3º- A responsabilidade solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

Art. 82 - O responsável por substituição tributária deverá apresentar relatório mensal contendo o nome do prestador do serviço e o número de inscrição do mesmo no Cadastro de Prestadores de Serviços, assim como o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida, alíquota e valor do imposto retido, nas formas e condições estabelecidas em Regulamento.

Art. 83 - O sujeito passivo responsável por substituição tributária, disposto nos artigos 78 e 79 supramencionados, deverá recolher o imposto correspondente aos serviços prestados em cada mês, assim como enviar declarações e informações, eletrônicas ou não, nas formas e nos prazos fixados em regulamento.

Parágrafo Único. A retenção de ISSQN deverá abranger os prestadores de serviços em regime de estimativa e os profissionais autônomos, ainda que estes estejam enquadrados no regime de pagamento do ISSQN fixo anual, conforme alíquota específica da atividade correspondente.

Seção IV **Da Alíquota e da Base de Cálculo**

Art. 84 - A alíquota do imposto sobre serviços especificados no parágrafo primeiro do artigo 70, será a seguinte:

I – a alíquota genérica será de 5% (cinco por cento) para os serviços não especificados nos incisos II e III;

II – alíquota específica de 3% (três por cento) para as seguintes atividades:

a) ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior;

b) sub item 14.04 do item 14, § 1º do artigo 70;

c) sub item 10.09 do item 10, § 1º do artigo 70;

d) sub item 17.19 do item 17, § 1º do art. 70; *(acrescentado pela Lei 3.744/2012)*

e) sub item 12.07 e 12.08 do item 12; *(acrescentado pela Lei 3.935/2013)*

f) sub item 21.01 do item 21. *(acrescentado pela Lei 3.935/2013)*

III – quando se tratar da hipótese de alíquota fixa disposta no § 10 do artigo 85 desta lei, a mesma será:

a) para nível elementar – 05 UPF;

b) para nível médio – 10 UPF;

c) para nível superior – 20 UPF.

IV – alíquota específica de 2% (dois por cento) para as seguintes atividades:

a) item 4, do §1º do artigo 70 desta lei.

Obs.: item 16, do §1º do artigo 70 desta lei *(conf. Lei 4.332/2017)*

Parágrafo Único – As empresas ou profissionais autônomos de prestação de serviço de qualquer natureza que desempenharem atividades classificadas em mais de um dos grupos de atividades constantes no artigo 70 desta Lei, estarão sujeitos ao imposto com base na alíquota mais elevada correspondente a uma dessas atividades.

Art. 84-A - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 do art. 70, § 1º.

§ 2º É nula a lei ou o ato do município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o município, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. *(art. 84-A e parágrafos acrescentado pela Lei 4.291/2017 com efeitos a partir de 11/01/2018)*

Art. 85 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço prestado.

§ 1º- Considera-se o preço do serviço tudo o que for devido, recebido ou não, em consequência da sua prestação, a ele se incorporando os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.

§ 2º- Quando a contraprestação se verificar através de troca de serviços sem ajuste de preço ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, a base de cálculo do imposto será o preço do serviço corrente na praça.

§ 3º- Não serão deduzidos do preço do serviço os descontos e abatimentos condicionados, como tais entendidos os que estiverem subordinados a eventos futuros e incertos.

§ 4º- Quando se tratar de prestações de serviços executados por agências de turismo na organização de viagens ou excursões, ficam excluídos do preço do serviço, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto, os valores relativos a venda de passagens aéreas, terrestres e marítimas e os de hospedagem dos viajantes e excursionistas, desde que pagos a terceiros, devidamente comprovados.

§ 5º- Quando se tratar de prestações de serviços executados por agências de publicidade, as despesas devidamente comprovadas com produção externa e veículos de divulgação serão excluídas do valor dos serviços para fixação da base de cálculo.

§ 6º- Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§ 7º- O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo, constituindo-se eventuais destaques mera indicação para fins de controle.

§ 8º- Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista do § 1º do art.70 forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 9º- Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos Subitens 7.02 e 7.05 da Lista do art. 70 desta Lei;

I – Nos casos dos subitens 7.02 e 7.05, quando não for possível identificar a base de cálculo do ISSQN, será a mesma calculada sobre os valores da mão de obra da

construção, segundo o tipo, categoria e metragem quadrada, conforme dispuser o regulamento.

II – Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo do ISSQN, compreende os honorários, os dispêndios com mão de obra e encargos sociais, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

III – Os contratos de construção firmados antes do Habite-se, entre incorporador que acumule esta qualidade com a de construtor, e os adquirentes de frações ideais de terreno, a base de cálculo do ISSQN, será o preço das cotas de construção, deduzido proporcionalmente do valor dos materiais aplicados.

IV - Na falta do preço a que se refere o inciso anterior, a base de cálculo é o valor corrente de serviço similar, vigente no mercado de serviços do Município à época da prestação do serviço correspondente.

§ 10 – Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas, variáveis ou movimento econômico, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 11 – Fica o Poder Executivo autorizado a editar normas, bem como, fixar regras disciplinando a forma como serão efetuadas as deduções previstas no § 9º, podendo inclusive, estabelecer percentuais fixos de abatimento.

Seção V Das Declarações Obrigatórias

Art. 86 - No caso de Ausência de Movimento Tributável, os sujeitos passivos deverão informar a ocorrência ao Fisco, mensalmente, na forma e nos prazos definidos em regulamento.

§ 1º- O fisco exigirá os documentos que julgar necessários para a comprovação da situação declarada pelo contribuinte, nos prazos e nas condições estipuladas em Regulamento.

§ 2º- A Declaração de Ausência de Movimento Tributável só será efetivada após o recolhimento do valor equivalente à Taxa de Emolumentos.

Art. 87 – Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, por meio de regulamento, a Declaração Eletrônica de Serviços – DES, que tem por objetivo o exercício da atividade de controle dos tributos administrados pelo município.

Seção VI Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 88 - O lançamento do imposto será feito pela forma e prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes existentes no cadastro dos prestadores de serviço de qualquer natureza.

§ 1º- A parcela do imposto não paga no prazo de 30 (trinta) dias da data do vencimento, fica sujeita a inscrição na dívida ativa, independentemente de outras formalidades.

§ 2º- A escrituração das operações, a forma e os prazos de recolhimento serão fixados em Regulamento.

Art. 89 - Consideram-se empresas distintas, para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

I - as que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 90 - O valor da prestação de serviço, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal na ocorrência de pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - deixar o contribuinte de exibir ao fisco, no prazo regulamentar, os livros e os documentos fiscais de utilização obrigatórios, e demais elementos necessários à comprovação do valor real dos serviços prestados, inclusive nos casos de perda e inutilização destes;

II - o contribuinte não possuir livros ou documentos fiscais e/ou contábeis obrigatórios;

III - os elementos necessários à comprovação dos serviços prestados exibidos pelos sujeitos passivos ou por terceiro obrigado sejam omissos ou não mereçam fé;

IV - o preço do serviço seja notoriamente inferior ao praticado no mercado, ou fique constatada a existência de fraude;

V - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VI - existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

§ 1º- Poderão ser adotados outros critérios para arbitramento do imposto a serem fixados em regulamento.

§ 2º- O procedimento de ofício de que trata o este artigo prevalecerá até prova em contrário, feita antes do lançamento do imposto.

Art. 91 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos ao imposto não merecerem fé pelo Fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

II - folha de salário pago durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes;

III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel ou parte dele, dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;

IV - despesas com fornecimento de água, luz, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte;

§ 1º- O lançamento decorrente de arbitramento será realizado mediante procedimento administrativo regular e prevalecerá até que, através de avaliação contraditória, venha a ser modificado em razão de decisão processual.

§ 2º- Nas hipóteses previstas neste artigo o arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal competente, que considerará, conforme o caso:

- a)** os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
- b)** peculiaridades inerentes à atividade exercida;
- c)** fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
- d)** preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração;
- e)** valor dos materiais empregados na prestação dos serviços e outras despesas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia, comunicações e assemelhados.

§ 3º- Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

Art. 92 – É facultado à Secretaria Municipal de Fazenda, o enquadramento de qualquer contribuinte no regime de estimativa, cuja inclusão será determinada pela autoridade fiscal nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III – quando o contribuinte deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem a exclusivo critério da autoridade fiscal competente, tratamento fiscal específico;

V – quando o contribuinte for profissional autônomo;

VI – quando o seu faturamento estiver aquém do seu potencial econômico, avaliado pela autoridade fiscal;

VII - quando o faturamento não for suficiente para absorver os gastos com as despesas operacionais básicas;

VIII – quando a quantidade de notas fiscais emitidas não corresponda à realidade de sua atividade econômica;

IX – quando tratar-se de construção civil, por ocasião da liberação do alvará de construção.

§ 1º- No caso do inciso I deste artigo, considera-se caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º- No caso de diversões públicas ou outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido com base na estimativa do número de pessoas que estarão presentes no evento, cabendo ao contribuinte, independente de qualquer notificação, efetuar o recolhimento da diferença do imposto, quando a venda de bilhetes superar aquele montante estimado.

§ 3º- Na hipótese dos parágrafos anteriores, o imposto deverá ser pago antecipadamente e não poderá o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento sob pena de interdição do local, independente de qualquer formalidade.

Art. 93 - Na hipótese prevista no artigo anterior, com exceção do inciso I e parágrafos, o cálculo e o recolhimento do tributo estimado observará as seguintes normas:

I - O imposto será estimado por período certo, com recolhimento mensal, lançado em UPF, e prevalecerá enquanto não revisto, sem prejuízo da apuração de eventuais diferenças.

II - Os valores das prestações de serviços e o montante do imposto a recolher no período considerado, serão estimados em função dos dados declarados pelo contribuinte ou apurados de ofício.

III - O estabelecimento enquadrado no regime de estimativa deverá proceder, mensalmente, a apuração do valor do imposto devido confrontando com a estimativa recolhida. Ou ainda, na data em que, por qualquer motivo, cessar ou for interrompida a aplicação do mesmo.

IV - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o apurado, será ela:

a) se favorável ao fisco, recolhida juntamente com o montante estimado no mês de competência;

b) se favorável ao contribuinte, restituída ou compensada mediante requerimento, no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do período de enquadramento, salvo quando, no exercício, houver sido apurada, por qualquer forma, sonegação do imposto pelo sujeito passivo.

§ 1º- O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa poderá, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda, ser feito individualmente, por categorias de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades.

§ 2º- O fisco poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do sistema previsto neste artigo, de modo geral, em relação a qualquer estabelecimento ou a qualquer grupo de atividades.

§ 3º- Poderá o fisco rever os valores estimados para um determinado período, e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

§ 4º- O contribuinte poderá requerer a impugnação dos valores estimados na forma e prazo estabelecidos em regulamento.

§ 5º- Caberá recurso da decisão que indeferir o pedido de desenquadramento ou revisão da estimativa, na forma e prazo estabelecidos em regulamento.

§ 6º- A reclamação e o recurso de que tratam os parágrafos 4º e 5º supramencionados, não suspendem a obrigatoriedade do recolhimento do imposto, na forma e no prazo estabelecidos na notificação.

§ 7º- A critério da Secretaria Municipal de Fazenda, o contribuinte poderá ser enquadrado no regime de Estimativa Mínima, cuja base de cálculo não poderá ser inferior ao valor dos custos e despesas diretamente relacionados com a atividade da empresa, não cabendo qualquer recurso quanto a eventuais créditos.

Seção VII

Da Não Incidência e das Isenções

Art. 94 - O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 95 - As isenções ou quaisquer outros benefícios ou incentivos fiscais serão concedidos ou revogados por Lei específica, de iniciativa do Poder Executivo.

§ 1º- Quando a isenção ou o benefício fiscal depender de regulamentação ou de requisito a ser preenchido e não sendo satisfeitas essas condições, o imposto será considerado devido a partir do momento em que tenha ocorrido a prestação do serviço.

§ 2º- No caso de revogação da isenção, benefício ou incentivo fiscal, o recolhimento do imposto devido far-se-á com multa, correção monetária e demais acréscimos legais, que serão devidos a partir do vencimento do prazo em que o imposto deveria ter sido recolhido, caso a prestação do serviço não fosse efetuada com o benefício fiscal, observada quanto ao termo inicial de incidência, as respectivas normas reguladoras.

§ 3º- A outorga de isenção ou benefício fiscal não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias previstas na legislação vigente.

Art. 96 - REVOGADO.

Art. 97 - REVOGADO.

Título IV
Das Taxas
Capítulo I
Das Taxas Decorrentes do Exercício do Poder de Polícia Administrativa
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 98 - As taxas de licença têm como fato gerador o Poder de Polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividade ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza de prévia autorização pelas autoridades municipais.

§ 1º - Considera-se Poder de Polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 2º - O Poder de Polícia administrativa ser exercido em relação a quaisquer atos ou atividades, lucrativas ou não, praticados no território do Município, excetuados aqueles legalmente subordinados ao Poder de Polícia administrativa do Estado ou da União.

Art. 99 - As taxas de licença são devidas em decorrência de atividades da administração pública que, no exercício do poder de polícia do Município, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, à disciplina das construções e do desenvolvimento

urbanístico, à estética da cidade, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

§ 1º - No exercício da ação reguladora a que se refere este artigo, as autoridades municipais, visando a conciliar a atividade pretendida com o planejamento físico e o desenvolvimento sócio-econômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

- I - o ramo de atividade a ser exercida;
- II - a localização do estabelecimento, se for o caso;
- III - os benefícios resultantes para a comunidade.

§ 2º - Estão sujeitos à prévia licença:

I - localização e funcionamento de estabelecimento de produção industrial, comercial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuário, de prestação de serviços ou atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função;

II - REVOGADO.

III - funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;

IV - exercício, na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante;

V - aprovação e execução de obras e instalações particulares;

VI - aprovação e execução de urbanização de terrenos particulares;

VII - publicidade;

VIII - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

IX - abate de gado de qualquer espécie.

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará que deverá ser exibido à fiscalização quando solicitado.

§ 4º - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimarem a sua concessão.

Seção II

Da Taxa de Licença para Localização de Estacionamento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços

Art. 100 - A taxa de licença para localização, instalação e funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria e prestação de serviços é devida pela atividade municipal de fiscalização no cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

§ 1º - Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no “caput” poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

§ 2º - As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

Art. 101 - A licença para localização e funcionamento será concedida desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à

espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição de que a sua construção seja compatível com a política urbanística do Município.

Parágrafo único - Será obrigatória nova licença todas as vezes em que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou mudança do ramo de atividade.

Art. 102 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento de atividades previstas no artigo 100.

Art. 103 - A Taxa será calculada em função da natureza da atividade, da localização, do espaço ocupado, do número de empregados e de outros fatores pertinentes, de conformidade com a Tabela II, anexa a esta Lei.

§ 1º - Não havendo nas tabelas especificação precisa da atividade, a taxa será calculada pelo item que contiver maior identidade de características com a considerada.

§ 2º - Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas nas tabelas, será utilizada, para efeito de cálculo, aquela que conduzir ao maior valor.

§ 3º - Fica definida a expressão “área utilizada”, para fins de aplicação da Tabela II anexa à Lei nº 1178/91, alterada pela Lei nº 1384/93, como “toda área utilizada pelo estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviço, para a finalidade de sua atividade, construída ou não, respeitando-se o recuo estabelecido pela Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo”.

§ 4º - As novas inscrições no Cadastro de Atividades terão sua taxa de licença para localização e funcionamento, calculada na razão de 12/12 ou proporcional à data de sua inscrição, por mês ou fração de mês.

§ 5º - REVOGADO.

Art. 104 – Os pedidos de licença para abertura, funcionamento e instalação de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para esse fim.

Art. 105 – A licença para localização, funcionamento e instalação é concedida anualmente mediante despacho, expedindo-se o alvará respectivo, o qual será conservado permanentemente em lugar visível.

§ 1º - Nenhum estabelecimento poderá manter suas atividades sem estar de posse da licença para localização, funcionamento e instalação.

§ 2º - O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.

Art. 106 – Qualquer que seja a hipótese de incidência, a taxa de que trata a Seção II do Capítulo I, do Título IV, desta Lei, será lançada anualmente pela Administração.

I – a referida taxa terá validade até 31 de dezembro do ano de sua concessão.

II – para efeito do lançamento anual da taxa, ficam, os contribuintes, obrigados a requerer à Administração Pública a intenção de efetivação de baixa da empresa ou continuidade da mesma, através de processo regular.

§ 1º - considera-se ocorrido o fato gerador da taxa:

I – no dia 1º de janeiro de cada ano.

II – na data de início da atividade do estabelecimento.

§ 2º - Ocorrido o fato gerador e não havendo manifestação do contribuinte, conforme determina o inciso II do caput, a Coordenadoria de Administração Tributária promoverá o lançamento de ofício com base no Cadastro Fiscal do Município devidamente atualizado, após efetiva verificação in loco.

Seção III

Da Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços

Art. 107 - REVOGADO.

Art. 108 - REVOGADO.

Art. 109 - REVOGADO.

Art. 110 - REVOGADO.

Art. 111 - REVOGADO.

Seção IV

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Art. 112 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Art. 113 - A Taxa de Licença para funcionamento dos estabelecimentos em horário especial será cobrada por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela II anexa a esta Lei, e arrecadada antecipadamente e independente de lançamento.

Art. 114 - É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

Seção V

Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante

Art. 115 - A Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante será exigível por dia, mês ou ano.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º - É considerado, também, como comércio eventual o que é exercido em instalações removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracos, mesas, tabuleiros e semelhantes.

§ 3º - Comércio ambulante é exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Art. 116 - A Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante, será cobrada de acordo com a Tabela II, anexa a esta Lei e na conformidade do respectivo regulamento.

Art. 117 - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 118 - É obrigatória a inscrição na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchido de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo, que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art. 119 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinado a basear a cobrança desta.

Art. 120 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Art. 121 - São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

I - os cegos e mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima;

II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates ambulantes.

Seção VI

Da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras e Instalações Particulares

Art. 122 - A Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras e Instalações Particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como nas instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra, da zona urbana do Município.

Art. 123 - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Art. 124 - A Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras e Instalações Particulares será cobrada em conformidade com a Tabela II, anexa a esta Lei.

Art. 125 - São isentas da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras e Instalações Particulares, as obras e instalações que forem dispensadas destas exigências pela legislação específica.

Seção VII

Da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Urbanização de Terrenos Particulares

Art. 126 - A Taxa de Licença para Aprovação e Execução da Urbanização de Terrenos Particulares é exigida pela permissão outorgada pela Prefeitura, para a urbanização de terrenos particulares, segundo a legislação específica.

Art. 127 - Nenhum plano de urbanização de terrenos particulares poderá ser aprovado ou executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata o artigo anterior e o artigo 124 deste Código.

Art. 128 - A licença concedida constará de alvará, no qual se mencionará as obrigações do proprietário do imóvel, com referência a serviços e obras de urbanização.

Art. 129 - A Taxa de Licença para Aprovação de Urbanização de Terrenos Particulares, será cobrada de acordo com a Tabela II, anexa a esta Lei.

Seção VIII

Da Taxa de Licença para Publicidade

Art. 130 - A Taxa de Licença para Publicidade é devida em razão da atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora da exploração ou utilização, por qualquer meio ou processo, de anúncios nas vias e nos logradouros públicos, ou em locais deles visíveis ou, ainda, em outros locais de acesso ao público.

§ 1º - Para efeito de incidência da taxa, consideram-se anúncios quaisquer instrumentos ou formas de comunicação visual audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de transporte de qualquer natureza.

§ 2º - A incidência e o pagamento da taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás de vistorias.

Art. 131 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, propagandas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas.

II - a propaganda falada, em lugares públicos por meio de amplificadores de voz, alto-falante e propagandistas.

Parágrafo único - Compreende-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante a cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis da via pública.

Art. 132 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionados no artigo 130:

I - fizer qualquer espécie de anúncio;

II - explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros.

Parágrafo único - São solidariamente obrigados pelo pagamento da taxa:

I - aquele a quem o anúncio aproveitar, quanto ao anunciante ou ao objeto móvel, inclusive veículos;

II - o proprietário, o locador ou cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

Art. 133 - Sempre que a licença depender de requerimento este deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá estar junto ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 134 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 135 - Os anúncios devem ser escritos em linguagem correta, ficando, por isso, sujeitos à revisão da repartição competente.

Art. 136 - A Taxa de Licença para Publicidade será cobrada segundo o período fixado para a publicidade de acordo com a Tabela II, anexa a esta Lei.

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 20% (vinte por cento) da taxa, os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas e fumo.

§ 2º - A taxa será paga antecipadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas à renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em Decreto baixado pelo Poder Executivo.

Art. 137 - São isentos da taxa de licença para publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais ou para fins turísticos;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de radiodifusão e televisão.

Seção IX

Da Taxa de Licença de Ocupação e Permanência em Áreas, Vias ou Passeios e em Logradouros Públicos

Art. 138 – Esta taxa concerne ao ordenamento da utilização de bens públicos de uso comum, fundado no poder de polícia do Município, tendo como fato gerador a fiscalização por ele exercido sobre a ocupação, a instalação, e a permanência de equipamentos, tubulações, redes e quaisquer outros objetos, mesmo que feita mediante a instalação provisória, desde que utilizados para fins comerciais ou de prestação de serviços.

§ 1º - Considerar-se-á ocorrido o fato gerador desta taxa, a ocupação, a instalação e a permanência de qualquer dos equipamentos e/ou objetos elencados no caput, em áreas, vias e passeios ou logradouros públicos.

§ 2º - O sujeito passivo desta taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de equipamentos, tubulações, redes e quaisquer objetos, localizados na parte superior ou inferior, de áreas, vias e logradouros públicos, sendo solidariamente responsável pelo pagamento do tributo, as pessoas físicas ou jurídicas envolvidas como fato gerador.

§ 3º - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá para os seus débitos, qualquer objeto enquadrado neste artigo, que se encontrarem em locais não permitidos, ou colocados em áreas, vias ou logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta seção.

Art. 139 – A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza, da atividade, finalidade de utilização dos equipamentos, tubulações, redes e/ou quaisquer objetos, sendo devida por mês, por ano ou fração, conforme a modalidade de licenciamento solicitado pelo sujeito passivo ou agente fiscal.

Parágrafo Único – Esta taxa, será cobrada de acordo com a Tabela II, e o recolhimento será efetuado no ato da concessão da respectiva licença.

Art. 140 – Fica sujeito às penalidades previstas no Código Tributário do Município, quem ocupar e permanecer em áreas, vias passeios e em logradouros públicos sem prévia licença do poder Público Municipal.

Seção X

Da Taxa de Licença para Abate de Gado

Art. 141 - O abate de gado de qualquer espécie destinado ao consumo público, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais.

Art. 142 - Concedida a licença de que o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva cobrada de acordo com a Tabela II, anexa a esta Lei.

Art. 143 - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo quanto ao gado cuja carne fresca se destina ao consumo local, ficando neste caso, sujeito ao tributo.

Parágrafo único - Entende-se por consumo local as quantidades comercializadas na zona metropolitana.

Art. 144 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença ou no caso do artigo anterior, ao ser a carne distribuída ao consumo local.

Art. 145 - Fica sujeito às penalidades previstas neste Código e nas posturas municipais, quem abater gado de qualquer espécie sem prévia licença da Prefeitura e pagamento das taxas devidas.

Capítulo II

Da Taxa de Expediente e Serviços Diversos

Seção I

Da Taxa de Expediente

Art. 146 - A Taxa de Expediente é devida pela apresentação de petição e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais ou pela lavratura de termos e contratos com o Município.

Art. 147 - A taxa de que trata este Capítulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto em ato de Governo Municipal e será cobrada de acordo com a Tabela III anexa a esta Lei.

Art. 148 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia de conhecimento, na ocasião em que o ato foi praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido, anexado, desanexado ou devolvido.

Art. 149 - Ficam isentos de Taxa de Expediente os requerimentos e certidões relativos aos servidores municipais, ao serviço de alistamento militar ou para fins eleitorais.

Seção II

Da Taxa de Serviços Diversos

Art. 150 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósito de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

I - de numeração de prédios;

II - de apreensão e depósitos de bens móveis, semoventes e mercadorias;

III - de alinhamento e nivelamento;

IV - de cemitério.

Art. 151 - A arrecadação das taxas de que trata esta seção será feita no ato da prestação de serviços, antecipada ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acordo com as Tabelas anexas a esta Lei.

Capítulo III **Da Taxa dos Emolumentos**

Art. 152 – São devidos emolumentos à Prefeitura Municipal quando o contribuinte:

I - efetuar recolhimento de tributos municipais em Documento de Arrecadação Municipal – DAM;

II – apresentar Declaração de Ausência de Movimento Tributável;

III - tiver a totalidade do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza retido por substituição tributária.

§ 1º - Os emolumentos cobrados destinam-se a custear as despesas com material necessário para a impressão das guias de recolhimento, confecção das capas de processo administrativos, material gráfico e reprográfico necessário ao fornecimento de informações e solicitações de contribuintes, bem como a manutenção do sistema informatizado.

§ 2º - O valor da Taxa de Emolumento será equivalente a 1,0 (uma) UPF – Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande.

Capítulo IV **Da Taxa de Serviços Urbanos em Razão da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviço Público Específico e Divisível** **Seção I** **Das Disposições Gerais**

Art. 153 - A taxa de serviços urbanos decorrentes de utilização efetiva e potencialmente específica e divisível tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, de conservação de vias e logradouros públicos e será devida pelos proprietários ou possuidores a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, localizados em logradouros beneficiados por esses serviços.

Art. 154 - A taxa definida no artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

Parágrafo único - No caso de condomínios, o valor da taxa será dividido entre os condôminos na proporção da fração Ideal de cada um.

Art. 155 - A base de cálculo da taxa de que trata o artigo 153, será a previsão anual do custo dos serviços efetivamente prestados ou postos à disposição de contribuinte, no respectivo logradouro.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo consideram-se como serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte além de outros que vierem a ser criados, os seguintes:

- a)** limpeza pública;
- b)** iluminação pública;
- c)** conservação de vias e logradouros públicos.

Art. 156 - A taxa de serviços urbanos gravará os proprietários ou possuidores de imóveis a qualquer título, proporcionalmente às áreas, testadas e fatores de profundidade dos respectivos terrenos e os serviços que atingirem os logradouros onde os mesmos se localizarem na forma que dispuser o regulamento.

Art. 157 - A taxa de serviços urbanos poderá ser lançada e cobrada juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Seção II **Da Taxa de Limpeza Pública**

Art. 158 - A Taxa de Limpeza Pública - TLP, tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de limpeza pública, prestados aos contribuintes ou posto à sua disposição.

Art. 159 - Consideram-se serviços de limpeza pública, para efeito de cobrança da taxa de que trata o artigo anterior, os seguintes serviços, em vias e logradouros públicos, no âmbito do seu respectivo território:

- I - coleta de lixo domiciliar;
- II - remoção de lixo comercial, industrial e hospitalar;
- III - varrição, lavagem e capinação;
- IV - desentupimento de bueiros e bocas-de-lobo.

Art. 160 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel territorial, residencial, comercial, industrial ou hospitalar, situado em via ou logradouro que seja atendido, pelo menos, pelo serviço de coleta de lixo.

Art. 161 - Para os efeitos desta Lei, considera-se lixo “o conjunto heterogêneo de materiais sólidos residuais, provenientes de atividades humanas”.

Art. 162 - Cabe à Prefeitura Municipal, mediante o pagamento da taxa de limpeza pública, a remoção de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionados em recipientes de até 100 (cem) litros, à exceção daqueles especificados no parágrafo único do artigo 176.

Art. 163 - Compete, ainda, à Prefeitura Municipal:

- I - a conservação da limpeza pública executada na área urbana do Município;
- II - a raspagem e remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais para vias e logradouros públicos pavimentados;
- III - a capinação das calçadas e sarjetas e a remoção do produto resultante;
- IV - a limpeza de área pública em aberto;
- V - a limpeza, a desobstrução de bocas-de-lobo e bueiros;
- VI - a destinação final de resíduos para aterros sanitários ou outros similares.

Art. 164 - A base de cálculo e as alíquotas da Taxa de Limpeza Pública atenderão aos seguintes critérios, definidos, através de Planta Genérica de Valores:

I - para os imóveis prediais, a área edificada e o padrão de construção, assim determinados:

a) - para imóveis exclusivamente residenciais:

PADRÃO CRITÉRIO ALÍQUOTAS (EM % DA UPF POR m² CONSTRUÍDO)

A Ruas asfaltadas

01 Acima de 250m² 5%

02 De 71 até 249m² 3%

03 Até 70m² 1%

B Ruas não asfaltadas

01 Qualquer imóvel 0,5%

b) - para imóveis não residenciais ou mistos:

PADRÃO CRITÉRIO ALÍQUOTAS (EM % DA UPF POR m² CONSTRUÍDO)

A Ruas asfaltadas

01 Único 5%

B Ruas não asfaltadas

01 Qualquer imóvel 1%

C Excluído

II - para os imóveis territoriais, a área e padrão de rua definidos na Planta Genérica de Valores, assim determinados:

PADRÃO CRITÉRIO ALÍQUOTAS (EM % DA UPF POR m² CONSTRUÍDO)

A Da zona fiscal 01 a 06 0,5%

B Da zona fiscal 07 a 13 0,3%

C Da zona fiscal 14 a 20 0,1%

Art. 165 - A Taxa de Limpeza Pública será lançada e arrecadada juntamente com o IPTU no caso de imóveis residenciais.

Parágrafo único - A taxa de limpeza pública de que trata o artigo 164 itens B e C, será lançada em DAM - Documento de Arrecadação Municipal, e entregue ao contribuinte para recolhimento na rede bancária autorizada, ou na tesouraria da Prefeitura Municipal, à época de concessão ou renovação do alvará de licença e funcionamento, ficando a liberação deste sujeito à comprovação de recolhimento da taxa.

Art. 166 - A Prefeitura Municipal poderá, mediante o pagamento do preço do serviço público, a ser fixado em cada caso, pelo Poder Público através do órgão competente, proceder a remoção especial dos seguintes resíduos e materiais:

I - animais mortos, de pequeno, médio e grande portes;

II - móveis, utensílios, sobras e mudanças e outros similares, cujo volume exceda o limite de 100 (cem) litros;

III - restos de limpeza e de poda que exceda o volume de 100 (cem) litros;

IV - resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, de volume superior a 02 (dois) litros por metro quadrado de área construída;

V - entulho, terra e sobra de materiais de construção, de volume superior a 100 (cem) litros;

VI - resíduos originários de mercados e feiras;

VII - limpeza de terrenos baldios.

Art. 167 - Caso a Prefeitura Municipal de Várzea Grande esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista no artigo anterior, indicará, nesse caso, por escrito, o local do destino do material, cabendo ao interessado todas as providências necessárias para a sua retirada.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também aos materiais abaixo discriminados:

- a) resíduos líquidos de qualquer natureza;
- b) lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros, considerados deteriorados, pela autoridade competente;
- c) resíduos e materiais radioativos;
- d) resíduos e matérias não sépticos de clínicas, casas de saúde, hospitais e congêneres.

Art. 168 - A Prefeitura Municipal poderá, se lhe for conveniente, delegar por concessão o serviço de limpeza pública a terceiros, empresas privadas ou sociedades de economia mista, mediante concorrência pública, nos termos da lei específica, delegando poderes para exploração e industrialização do lixo.

Seção III Da Taxa de Iluminação Pública

Art. 169 - A Taxa de Iluminação Pública destinada a atender as despesas de consumo de energia elétrica, operação e manutenção e melhoramentos dos serviços de iluminação pública prestados pela Prefeitura Municipal, e que incidirá sobre cada prédio.

§ 1º - Dos prédios serão considerados como unidades autônomas, para efeito de cobrança da taxa, os apartamentos, salas comerciais ou não, lojas e sobrelojas, boxes e demais dependências em que o imóvel for dividido.

§ 2º - A taxa incidirá sobre os prédios localizados:

a - em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas apenas em um dos lados;

b - em todo o perímetro das praças públicas, independente da distribuição das luminárias.

§ 3º - O contribuinte da Taxa de Iluminação Pública é o titular responsável pelo uso da unidade imobiliária autônoma.

Art. 170 - Entende-se por iluminação pública, aquela que esteja diretamente ligada à rede de distribuição de energia elétrica e servir exclusivamente à via pública ou qualquer logradouro público de livre acesso permanente.

Art. 171 - O valor da taxa de iluminação pública será cobrado em duodécimos, sendo baseado em percentuais de tarifa de iluminação pública fixada pela autoridade competente até os limites abaixo estabelecidos:

a) Contribuintes residenciais

FAIXA DE CONSUMO % DA TARIFA DE ILUMINAÇÃO

0 a 100 KWH isento

101 a 200 KWH 0,8%

201 a 400 KWH 1,5%

401 a 600 KWH 7%

601 a 800 KWH 8%

801 a 1000 KWH 11%

Acima de 1000 KWH 13%

b) Contribuintes Comerciais e Industriais

FAIXA DE CONSUMO % DA TARIFA DE ILUMINAÇÃO

0 a 30 KWH Isento

31 a 200 KWH 2%

201 a 400 KWH 4%

401 a 600 KWH 6%

601 a 800 KWH 10%

801 a 1000 KWH 13%

1001 a 1500 KWH 16%

Acima de 1501 KWH 20%

Art. 172 - Estão isentos da taxa os prédios ocupados por órgãos de governo federal, estadual, municipal, autarquias, empresas de economia mista, templos de qualquer culto, partidos políticos e instituições de assistência social ou educacional, sem fins lucrativos.

Parágrafo único - Estão igualmente isentos do pagamento da taxa, os prédios ou unidades autônomas dos mesmos, os contribuintes cujo consumo de energia mensal for igual ou inferior a 30 KWH (trinta quilowatts hora) nas ligações monofásicas residenciais.

Art. 173 - A Taxa de Iluminação Pública constituirá receita destinada a cobrir os serviços e dispêndios da municipalidade decorrentes, da instalação, manutenção, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoria e ampliação do serviço.

Art. 174 - O recolhimento da taxa será feito através de cotas mensais de fornecimento de energia elétrica, mediante convênio com a CEMAT - Centrais Elétricas Mato-Grossense S/A, que disporá sobre a execução, nas instalações e serviços de iluminação pública, bem como a respectiva operação e manutenção, conforme dispuser a Lei.

Seção IV

Da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos

Art. 175 - Constitui fato gerador da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de conservação do calçamento e dos leitos pavimentados e não pavimentados das ruas, praças e avenidas da malha do Município.

Art. 176 - A taxa não incide quanto a trechos pavimentados ou não, situados na zona rural.

Art. 177 - Sujeito passivo da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, construído ou não, situado em logradouro beneficiado pelos serviços referidos no artigo 175.

Art. 178 - A taxa é calculada tomando-se por base a testada do imóvel, por metro linear ou fração, que limita com a via ou logradouro público, à razão de:

I - 0,15 (quinze décimos) da UPF, quando pavimentado no todo ou em parte de sua largura;

II - 0,10 (dez décimos) da UPF, quando embora não pavimentada, possua guias e sarjetas;

III - 0,05 (cinco centésimos) da UPF, quando não compreendido nos incisos acima.

Parágrafo único - O valor mínimo da testada a ser considerada para efeito de cálculo da taxa, não poderá ser inferior ao que corresponder a 10 (dez) metros lineares.

Art. 179 - A Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos poderá ser lançada juntamente com o IPTU, ou separadamente, aplicando-se:

I - se em conjunto, as normas relativas ao lançamento daquele tributo;

II - separados os lançamentos, as normas previstas em regulamento a ser baixado pelo Executivo.

Seção V

Da Taxa de Conservação e Estradas de Rodagem

Art. 180 - A Taxa de Conservação de Estradas e Rodagem tem como fato gerador a prestação pela Prefeitura, de serviços de conservação de estradas e caminhos e será devida pelos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona rural do Município.

Parágrafo único - São trabalhos de conservação, o patrolamento, macadamização, cascalhamento e regularização de leito das estradas e caminhos, o reparo e conservação de pontes, pontilhões, mata-burros e bueiros, bem como a colocação e limpeza de guias e acostamento.

Art. 181 - A base de cálculo da taxa será a previsão anual de custo dos serviços de conservação e manutenção de estradas e caminhos.

Art. 182 - A taxa gravará os imóveis localizados na zona rural, lindeiros ou não lindeiros às estradas municipais.

§ 1º - O cálculo da taxa será obtido pela divisão da previsão anual do custo dos serviços, na forma do artigo anterior, dividido pelo número de acessos das propriedades rurais às estradas municipais.

§ 2º - Terão descontos de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa os acessos secundários, isto é, os que não são servidos diretamente pela estrada municipal.

§ 3º - Os proprietários de uma mesma propriedade rural que tiverem mais de um acesso às estradas municipais pagarão o segundo acesso com 50% (cinquenta por cento) de desconto, e os demais com 75% (setenta e cinco por cento).

§ 4º - O lançamento, a cobrança e o recolhimento da taxa serão feitos pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento.

§ 5º - O mínimo da taxa incidente sobre cada propriedade é igual ao valor de uma Unidade Padrão Fiscal do Município (UPF).

Seção VI

Da Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios

Art. 183 - A Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios tem como fato gerador a prestação dos serviços de vistoria, vigilância, prevenção, salvamento e combate a incêndios, utilizados efetiva ou potencialmente pelos contribuintes.

Parágrafo único - O produto da arrecadação desta taxa constituirá fundo especial, que será aplicado, integralmente, em investimentos patrimoniais, equipamentos e instalações

permanentes, necessários ao seu fim específico, registrados no patrimônio do Município, podendo ser destinado, por meio de convênio, ao Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso, com sede em Várzea Grande, e despesas de custeio, necessárias à manutenção dos equipamentos e instalações permanentes.

Art. 184 - A Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios incide sobre todos os imóveis edificados ou não, sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Art. 185 - A Taxa de Prevenção e Combate a Incêndio, incidente sobre os imóveis residências será lançada anualmente, sendo arrecadada, nos prazos e formas legais a serem instituídos por regulamento.

Parágrafo Único - A Taxa que trata o “caput” do artigo será calculada à razão de 0,5% (cinco décimos por cento) da UPF – Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande, por metro quadrado de área construída.

Art. 186 – A taxa de Prevenção e Combate a Incêndio, incidente sobre estabelecimentos, comerciais, industriais, de prestação de serviços, e residenciais com mais de 03 (três) pavimentos, é de 5% (cinco por cento) da UPF – Unidade Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande-MT, por metro quadrado de área construída, e, será lançada anualmente, sendo arrecadada, nos prazos e formas legais a serem instituídos por regulamento.

Parágrafo Único: A Taxa que trata o “caput” do artigo será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o estabelecimento possuir serviços de prevenção de incêndio, oficializado dentro das normas e padrões do Corpo de Bombeiros do estado de Mato Grosso.

Art. 187 - A taxa incidente sobre os estabelecimentos de que trata o artigo anterior, será lançada em Documento de Arrecadação Municipal - DAM, entregue ao contribuinte para recolhimento na rede bancária autorizada, à época da concessão ou renovação do alvará de licença para localização, instalação e funcionamento, ficando a liberação deste, sujeita à comprovação do recolhimento da taxa.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se também, quando da concessão do “habite-se” nos casos de prédios residenciais com mais de 03 (três) pavimentos.

§ 2º - A critério da Administração Tributária do Município, a taxa de que trata este artigo poderá ser lançada conjuntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 188 - A partir do exercício seguinte ao do início de vigência desta Lei, a concessão de alvará para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, e de “habite-se” de edifícios com mais de 03 (três) pavimentos fica condicionada à apresentação de Certificado de Vistoria passado pelo Corpo de Bombeiros, na forma regulamentar.

Parágrafo único - A renovação do alvará de licença para funcionamento dos estabelecimentos indicados neste artigo, depende de apresentação de Certificados de Vistoria renovados, ficando, entretanto, sujeito à comprovação do pagamento da Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios, relativa ao exercício anterior.

Art. 189 - Os contribuintes que deixarem de efetuar o pagamento da taxa de prevenção e combate a incêndio por 2 (dois) anos consecutivos, estarão sujeitos ao cancelamento do certificado de vistoria originalmente expedido, e, conseqüentemente, à cassação da licença

para funcionamento, sem prejuízo da cobrança amigável ou judicial dos débitos respectivos, acrescidos dos encargos legais.

Capítulo V
Da Contribuição de Melhoria
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 190 - Contribuição de melhoria é a construção de obras em vias e logradouros públicos, realizados pela Prefeitura através de órgãos da Administração Direta ou Indireta, que venha beneficiar e valorizar imóveis.

Art. 191 - A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos:

I - abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;

II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização, ou iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III - proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos das águas;

IV - aterros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico;

V - canalização de água potável e instalação de rede elétrica.

Art. 192 - Na cobrança de Contribuição de Melhoria de obras públicas serão observadas as orientações do Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de janeiro de 1967.

Art. 193 - Sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra de pavimentação.

§ 1º - Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagem e assemelhados.

§ 2º - A Contribuição de Melhoria é devida, a critério da repartição competente:

a - por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

b - por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se a espólio, quando o imóvel beneficiado for objeto de inventário.

Art. 194 - Para cobrança da Contribuição de Melhoria a repartição competente deverá:

I - publicar previamente os seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

- b) orçamento do custo da obra;
- c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada;
- e) determinação do fato de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contida;

II - fixar prazo não inferior a 20 (vinte) dias para impugnação pelos interessados de qualquer dos elementos referidos no item anterior.

§ 1º - Por ocasião do respectivo lançamento cada contribuinte deverá ser notificado no montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo cálculo.

§ 2º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o item I deste artigo.

Art. 195 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da Contribuição de Melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II - extraordinário, quando referente a obras de menor interesse geral solicitadas por, pelo menos, dois terços dos proprietários interessados.

Art. 196 - No custo final da obra serão computados as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 197 - Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria o custo final da obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumivelmente beneficiados, constantes do cadastro imobiliário, ou na falta desse elemento, tomar-se-á por base a área ou testadas dos terrenos.

Art. 198 - Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da Contribuição de Melhoria.

§ 1º - A redução de superfícies ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

§ 2º - Correção por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio ao Município ou aqueles que forem, por lei, isentos da Contribuição de Melhoria, ou do IPTU.

Art. 199 - No cálculo da Contribuição de Melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamentos aprovados e fisicamente divididos em caráter definitivo.

Art. 200 - Para efeito de cálculo e lançamento da Contribuição de Melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 201 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condomínios, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 202 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde a área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouro interno de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Art. 203 - No caso de parcelamento do imóvel, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos quantos forem os imóveis em que efetivamente se subdividir o primitivo.

Art. 204 - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedade primitiva distribuída de forma que a soma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior.

Art. 205 - As obras a que se refere o item II do artigo 195, quando não julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo Rol de Contribuintes, em que mencionará, também, a caução que couber a cada interessado.

Art. 206 - Complementadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para o prazo de 20 (vinte) dias examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 1º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 20 (vinte) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no Edital de que trata este artigo.

§ 2º - Não sendo prestadas totalmente as cauções nos prazos de que trata o § 1º, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 3º - Sendo prestadas todas as causas individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas as obras serão executadas, procedendo-se daí em diante na conformidade dos dispositivos relativos à execução de obras do plano ordinário.

§ 4º - Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir a quantia que, somada às cauções prestadas, perfaça o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções e a receita respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do débito.

Art. 207 - Ainda que dentro de 20 (vinte) dias, referido no artigo anterior poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previstos desta lei.

Parágrafo único - A execução das obras e melhoramentos só terá início após o julgamento das reclamações de que trata este artigo.

Art. 208 - A Contribuição de Melhoria, para efeito de cobrança e pagamento, terá seu valor convertido em UPF à época da ocorrência do fato gerador, sendo reconvertido em moeda corrente na data do vencimento de cada uma das prestações.

Art. 209 - A Contribuição de Melhoria será paga de uma só vez quando inferior a 4 (quatro) UPF ou quando superior a esta quantia, em prestações mensais, semestrais ou anuais, a juros de 12% (doze por cento), não podendo o prazo para recolhimento parcelado ser inferior a 1 (um) nem superior a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único - É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas com desconto dos juros correspondentes.

Art. 210 - Quando a obra for entregue gradativamente ao público a Contribuição de Melhoria, a juízo da administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Art. 211 - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com Títulos da Dívida Pública Municipal, pelo valor nominal emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento em virtude da qual foi lançado.

Art. 212 - Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito a Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar ônus fiscal correspondentes aos imóveis respectivos.

Art. 213 - Não sendo fixada em lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-la mediante Decreto, observadas as normas estabelecidas neste capítulo.

Parágrafo único - O Prefeito fixará, também, os prazos de arrecadação necessários à aplicação da Contribuição de Melhoria.

Art. 214 - Não caberá a exigência da Contribuição de Melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas neste capítulo.

Seção II

Das Disposições Especiais sobre as Obras de Pavimentação

Art. 215 - Entendem-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação propriamente dita a parte carroçável das vias e logradouros públicos e dos passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplanagem superficial, obras de escoamento, local, guias, pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos quando contratados.

Art. 216 - A Contribuição de Melhoria é devida pela execução de serviços de pavimentação:

I - em vias no todo, ou em parte ainda não pavimentadas;

II - em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interesse público a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de melhor qualidade.

§ 1º - Nos casos de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob o regime de Contribuição de Melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º - Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo, reforçado este último com base nos preços do momento, reputar-se-á nulo, para esse efeito, o custo da pavimentação anterior quando feita em material sílico-argiloso, macadame ou com simples apedregulhamento.

§ 3º - Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição será calculada tomando-se por base toda a diferença de custo entre dois calçamentos.

Art. 217 - O custo das obras de pavimentação que vierem a ser executadas nos termos dos artigos anteriores será dividido entre os proprietários dos terrenos marginais às vias e logradouros beneficiados.

Art. 218 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietário marginal, não se tomará distância superior a 7 (sete) metros entre o meio-fio e o eixo da via ou logradouro, correndo o excesso por conta da Prefeitura.

Art. 219 - Assentado periodicamente o programa ordinário da pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes à elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos respectivos.

Art. 220 - Aprovado o orçamento de cada trecho típico e apurada a importância total a ser distribuída entre as áreas marginais será verificada a quota correspondente a cada uma destas.

Seção III

Das Disposições Especiais sobre as Obras de Construção de Estradas

Art. 221 - Entende-se por obras de construção de estradas os trabalhos de levantamento, locação, cortes, aterros, desaterros, terraplanagem, pavimentação, escoamento, e suas respectivas obras de arte, como pontes, viadutos, pontilhões, bueiros, mata-burros e outras, e quando se tratar de obra contratada, os serviços de administração.

§ 1º - São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfáltica, poliédrica ou paralelepípedo, quando executadas em toda a extensão de estradas ligando uma aglomeração urbana a outra.

§ 2º - São considerados apenas de conservação as obras de construção de desvios, retificação parcial, construção de pontes, viadutos, pontilhões, mata-burros e ensaibramento em estradas existentes.

Art. 222 - A Contribuição de Melhoria exigida na forma deste capítulo, destina-se, exclusivamente, à indenização parcial de despesas feitas com a construção de estradas municipais e será exigida dos proprietários de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes

às obras realizadas na área rural do Município, quando da obra resultar benefício para os mesmos.

Art. 223 - O custo das obras de construção de cada estrada observadas as disposições constantes do capítulo V, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos das seguintes formas:

I - um terço (1/3) caberá aos proprietários dos terrenos marginais;

II - um sexto (1/6) caberá aos proprietários dos terrenos adjacentes ou não à estrada construída, em cujas propriedades passarem imediatamente a serem servidas pela estrada e por ela beneficiadas;

III - o restante caberá à Prefeitura, à conta das quotas do Fundo Rodoviário ou de outras verbas destinadas à construção de estradas.

Art. 224 - Quando a construção for solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, cobrar-se-á o custo total das obras mediante depósito integral do valor orçado.

Art. 225 - O cálculo da contribuição exigível de cada propriedade será feito nas seguintes bases:

I - levantar-se-á um rol dos imóveis a serem beneficiados diretamente e outro dos que serão beneficiados indiretamente pela obra, contendo os nomes dos proprietários e os valores de cada imóvel, excluídos os valores das benfeitorias, devendo cada rol ser somado separadamente;

II - achar-se-ão, a seguir, separadamente um terço (1/3) do custo total das obras executadas;

III - dividindo-se o total de cada rol pela quantia correspondente.

Art. 226 - Aplicam-se quanto aos condôminos, o lançamento e a arrecadação desta contribuição, as disposições constantes do capítulo V.

Título V
Da Administração Fiscal e Orientação dos Contribuintes
Capítulo Único
Seção I
Da Administração Fiscal

Art. 227 - Compete a Secretaria de Fazenda do Município a execução das atividades administrativas objetivando a fiscalização dos tributos e a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º- As funções inerentes à fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias previstas na presente lei, incluindo a aplicação de penalidades por infração a seus dispositivos, será exercida pelos Inspetores de Tributos da Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º- As atividades da Secretaria Municipal de Fazenda e dos seus servidores, dentro de sua área de competência e atuação, terão precedência sobre os demais setores da Administração Pública.

§ 3º- A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade ou isenção.

§ 4º- A Administração fará publicar os modelos de declarações, documentos e guias que devam ser obrigatoriamente preenchidos pelos contribuintes, para efeito de cadastramento, lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.

Art. 228 – Não podem embaraçar a ação fiscalizadora e, mediante notificação escrita, são obrigados a colocar à disposição da autoridade fiscal os impressos, os documentos, os livros, os programas e os arquivos magnéticos relacionados com o imposto e a prestar informação solicitada pelo fisco:

I – as pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição no cadastro de prestadores de serviços ou que tomem partes nas operações ou prestações sujeitas ao imposto;

II – os que, embora não contribuintes, sejam tomadores ou prestadores de serviços a pessoas sujeitas à inscrição no cadastro de contribuintes do imposto;

III – os serventuários de justiça;

IV – os funcionários públicos, os responsáveis e os servidores de empresas públicas de sociedade em que o poder público seja acionista majoritário, de sociedade de economia mista ou de fundações;

V – os bancos, as instituições financeiras, os estabelecimentos de crédito em geral, as empresas seguradoras, e as empresas de “leasing” ou arrendamento mercantil;

VI – os síndicos, os comissários e os inventariantes;

VII – os leiloeiros, os corretores, os despachantes e os liquidantes;

VIII – as empresas de administração de bens;

IX – as pessoas naturais ou jurídicas responsáveis pela escrituração fiscal relativa aos contribuintes;

X – as empresas administradoras de cartão de crédito ou débito, relativamente às operações ou prestações de serviço realizadas por usuários deste município; *(acrescentado pela Lei 3.744/2012)*

XI – as empresas de transporte de âmbito municipal; *(acrescentado pela Lei 3.744/2012)*

XII – as empresas que desenvolvam equipamentos ou programas aplicativos, ou prestem suporte, para usuário de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF. *(acrescentado pela Lei 3.744/2012)*

§ 1º- Solicitada a apresentação dos livros e documentos fiscais deverá o contribuinte, responsável ou intermediário dentro do prazo previsto na Notificação entregá-los ao Inspetor de Tributos.

§ 2º - No caso de recusa na entrega ou na apresentação dos livros e documentos fiscais, após fluído o prazo determinado na Notificação, ou ainda, havendo fundada suspeita de infração ou irregularidades contrárias à administração tributária, a autoridade fiscal competente poderá, a fim de que não se altere o estado de fato, adotar as seguintes medidas em conjunto ou separadamente:

a) lacrar os móveis, equipamentos e demais utensílios onde presumam-se arquivados quaisquer elementos que possam constituir prova do ilícito, ainda que armazenados por processo magnético, lavrando termo do procedimento, com cópia ao contribuinte.

b) no caso de reversão do procedimento disposto no inciso anterior, o mesmo se dará mediante termo específico, na presença do responsável pelo estabelecimento e da autoridade fiscal, acompanhada de uma testemunha.

c) solicitar, de imediato, ao Representante do Ministério Público, a exibição judicial dos livros e documentos fiscais.

Art. 229 - REVOGADO.

Art. 230 - A autoridade fiscal que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento.

Parágrafo único - Será de 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão das atividades de fiscalização, prorrogável por qualquer ato da autoridade, cientificando o sujeito passivo do prosseguimento do respectivo procedimento.

Seção II Do Domicílio Tributário

Art. 231 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio fiscal, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou em relação aos fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no Município de Várzea Grande.

§ 1º - Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio fiscal do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se a regra do parágrafo anterior.

§ 3º - O contribuinte ou responsável deverá manter sempre atualizado, junto ao órgão fiscal competente, o endereço do seu domicílio fiscal para que nele possa receber todas as comunicações referentes às atividades desenvolvidas pela administração tributária.

Art. 232 - REVOGADO.

Seção III Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 233 – Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias e escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, seguindo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;

II – comunicar à Fazenda Municipal dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

III – conservar e apresentar ao fiscal, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituem fato gerador de obrigação tributária ou que sirvam como comprovantes de veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais.

IV – prestar, sempre que solicitado pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fiscal, se refiram a fato gerador de obrigação tributária;

V – o contribuinte deverá, obrigatoriamente, enviar ao Fisco Municipal a 2ª (segunda) via das Notas Fiscais emitidas e todas as vias das demais Notas não utilizadas, canceladas, danificadas e com prazo de validade expirado, na forma e periodicidade definidas em regulamento.

VI – as pessoas físicas ou jurídicas que não estiverem inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviço deste Município como contribuintes do ISSQN, quando da prestação de serviço eventual, poderão solicitar à Secretaria de Fazenda o fornecimento da Nota Fiscal Avulsa.

§ 1º - As pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à inscrição no cadastro fiscal, como contribuintes, conforme as operações de prestação de serviços que realizarem, ainda que não tributadas, imunes e isentas do imposto ou ainda estimadas, devem, relativamente a cada inscrição, emitir documentos fiscais, manter escrituração fiscal destinada ao registro das operações de serviços realizadas e atender as exigências da legislação tributária, conforme disposto em Regulamento.

§ 2º - Os modelos de documentos, cupons e livros fiscais, a forma e o prazo de sua emissão e escrituração, bem como as disposições sobre dispensa ou obrigatoriedade de manutenção da escrituração, serão estabelecidas em Regulamento ou em normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 3º - Nos casos em que a prestação de serviços esteja desonerada do pagamento do imposto em decorrência de imunidade, isenção ou não incidência, ou em que tenha sido atribuída a outra pessoa a responsabilidade do pagamento do imposto, a circunstância deve ser mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo da legislação que autorizou a desoneração.

§ 4º - Os documentos, os documentos fiscais, os impressos de documentos, os livros das escritas fiscal e comercial, os programas e arquivos magnéticos são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados pelo contribuinte no prazo de cinco anos conforme estabelecido na legislação tributária.

§ 5º - O Contabilista ou Escritório de Contabilidade regularmente inscrito no cadastro de prestadores de serviço, poderá manter sob sua guarda livros e documentos fiscais de seus clientes, desde que cientificada a Secretaria Municipal de Fazenda através da Ficha de Inscrição Cadastral, devendo colocá-los à disposição da fiscalização quando por ela solicitados.

§ 6º - Sem prejuízo do arbitramento do montante tributável e da imposição da multa quando for o caso, sempre que houver o extravio de Documentos Fiscais, deverá o contribuinte comunicar o fato ao setor competente da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo de 05 (cinco) dias da ocorrência, juntando, no caso de roubo ou furto, o Boletim de Ocorrência, bem como realizar publicação do extravio conforme dispuser Regulamento.

§ 7º - A comunicação ao setor competente nos moldes do parágrafo anterior, não exime o contribuinte da responsabilidade pela reconstituição da escrita fiscal.

Art. 234 - O fiscal poderá requisitar a terceiros e estes ficam obrigados a fornecer-lhe todas as informações e dados referentes a fatos geradores da obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força da Lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§ 1º - As informações obtidas por força deste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

§ 3º - Sem prejuízo das penalidades previstas nesta lei, a autoridade ou o agente fiscal poderá solicitar o auxílio da força policial, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Seção IV Do Lançamento

Art. 235 - Lançamento, é o procedimento privativo da autoridade fiscal municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, da determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Art. 236 - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Código.

Art. 237 - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido o fato gerador da obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos critérios de apuração da base de cálculo, estabelecidos novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Art. 238 - Os fatos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo de órgão fazendário competente.

Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 239 - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do cadastro fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.

~~Parágrafo único — As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e verificação do montante do crédito tributário correspondente. (revogado pela Lei 3.744/2012)~~

§ 1º As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e verificação do montante do crédito tributário correspondente. (acrescentado pela Lei 3.744/2012)

§ 2º Fica facultado ao Poder Executivo Municipal solicitar dados ou documentos a outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, mediante convênio ou termo de cooperação, com intuito de se apurar eventuais omissões na formatação da base de cálculo e recolhimento de tributos municipais. (acrescentado pela Lei 3.744/2012)

Art. 240 - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I - quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legal, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Art. 241 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I - exigir a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador da obrigação tributária;

II - fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerão as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fiscais;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial quando indispensável a realização de diligência, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

VI – utilizar de informações de dados e/ou documentos obtidos de outros órgãos federais, estaduais ou municipais, mediante convênio ou termo de cooperação, com intuito de apurar eventuais omissões na formatação da base de cálculo e recolhimento de tributos municipais, nos termos do § 2º do art. 239; (acrescentado pela Lei 3.744/2012)

VII – utilizar de informações obtidas mediante procedimento de cruzamento eletrônico de dados com intuito de apurar eventuais omissões na formatação da base de cálculo e recolhimento de tributos municipais. (acrescentado pela Lei 3.744/2012)

Parágrafo único - Nos casos a que se refere o inciso V deste artigo, os funcionários lavrarão termo de diligência, do qual constarão especialmente os elementos examinados.

§ 1º Nos casos a que se refere o inciso VI do presente artigo, a autoridade fiscal lavrará termo de diligência, do qual constarão especialmente os elementos examinados. (acrescentado pela Lei 3.744/2012)

§ 2º Os dados obtidos nos termos do inciso VII deste artigo poderão ser obtidos mediante solicitação a outros órgãos, nos termos do § 2º do art. 239. (acrescentado pela Lei 3.744/2012)

A Lei 3.744/2012, que alterou os §§ do art. 241, equivocadamente esqueceu-se de reenumerá-los, razão pela qual passa a constar o “parágrafo único” acrescido dos “§§ 1º e 2º”.

Art. 242 - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento ou através de edital afixado na Prefeitura e/ou por publicação através da imprensa.

Art. 243 - Far-se-á a revisão do lançamento:

I - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

II - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

III - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IV - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

V - quando se verificar qualquer erro na fixação da base tributária.

Art. 244 - Os lançamentos efetuados de ofício ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser previstos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Art. 245 - A autoridade lançadora mediante processo regular, arbitrará a base tributária quando ocorrer sonegação cujo montante não possa conhecer exatamente.

Art. 246 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculo.

Art. 247 - Independentemente do controle de que trata o artigo anterior poderá ser adotado a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sobre a exatidão do que for declarado para efeito dos tributos de competência do Município.

Seção V

Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 248 - O lançamento, a cobrança, a fiscalização, o parcelamento e o recolhimento dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

§ 1º - O recolhimento espontâneo, feito fora do prazo regulamentar, sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos:

I - multa de mora de 2%(dois por cento) sobre o valor do crédito devido e não pago, ou pago a menor, atualizado monetariamente, a partir do dia imediatamente seguinte ao de seu vencimento;

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor do crédito devido e não pago, ou pago a menor, atualizado monetariamente, a partir do dia imediatamente seguinte ao de seu vencimento, considerado como mês completo qualquer fração dele.

III - O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo contribuinte, dentro do prazo legal para pagamento do imposto.

§2º - O crédito tributário não pago no seu vencimento será corrigido monetariamente, mediante aplicação de coeficientes de atualização, nos termos da legislação própria, desde o seu vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

Art. 249 - Nenhum recolhimento do tributo será efetuado sem a emissão do respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único - No caso de expedição fraudulenta de guias ou recolhimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 250 - O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 251 - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor culpado cabendo-lhe o direito de regresso contra o contribuinte.

Art. 252 - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão final administrativa e judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Art. 253 - O Poder Executivo poderá firmar convênios com empresas privadas ou com estabelecimentos bancários, oficiais ou não, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Seção VI Da Restituição do Indevido

Art. 254 - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face deste Código da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 255 - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora, e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações

de caráter formal que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Art. 256 - O direito de pleitear a restituição de imposto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

I - nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 254, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese prevista no inciso III, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 257 - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, regularmente apurados, a restituição ou compensação será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação, formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada, ou ainda, por requerimento do próprio contribuinte dirigido a autoridade fiscal competente.

Parágrafo Único - A compensação só poderá ser efetuada entre tributos da mesma espécie.

Art. 258 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário a verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 259 - Processos de restituição serão obrigatoriamente informados, antes de receberem despacho, pela repartição competente que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente.

Seção VII **Da Decadência e da Prescrição**

Art. 260 - O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da notificação ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 261 - As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do término do exercício dentro do qual aqueles se tornaram devidos.

Art. 262 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II - pela concessão de prazos especiais para esse fim;

- III - pelo desfecho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;
- IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida em juízo de inventário ou concurso de credores.

Art. 263 - Cessa em 5 (cinco) anos, o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código.

Seção VIII

Das Imunidades e Isenções

Art. 264 - Os impostos municipais não incidem sobre:

I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

II - templos de qualquer culto;

III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituição de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados no Código Tributário Nacional ou Lei Complementar subsequente;

IV - o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros;

§ 1º - O disposto no inciso I deste artigo, é extensivo às autarquias tão somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º - Entende-se por templo de qualquer culto, a igreja incluindo a casa paroquial e a residência do Pároco ou Pastor, quando consideradas contíguas, ou com ligação interna.

§ 3º - As instituições de educação e assistência social só gozarão da imunidade prevista no inciso III deste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

§ 4º - Para os efeitos do parágrafo anterior, entende-se por instituições de educação e assistência social, a entidade que tem por objetivo a atividade de assistência social e de educação, exercendo, nessa qualidade, sem intuito de lucro, as funções do Estado, no sentido de que os serviços prestados o são voltados ao entendimento de toda a coletividade, sem restrição a grupos ou classes de pessoas.

§ 5º - Para fins de reconhecimento da imunidade tributária a entidade deverá comprovar o preenchimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

§ 6º - A comprovação das situações de que trata os parágrafos anteriores, far-se-á através da apresentação dos seguintes documentos:

I - estatuto social, com prova da data do respectivo registro, que contenha disposição estabelecendo que, no caso de dissolução da Entidade, o patrimônio reverterá ao Poder Público ou à Entidade congênere;

II - ata da última assembléia que elegeu a diretoria da instituição;

III - relatório das atividades educacionais ou assistenciais realizadas e programação das atividades a realizar;

IV - quando se tratar da aplicação do benefício em relação a bens imóveis, prova de que estes integram o patrimônio da Instituição;

V - declaração de aplicação integral, nos objetivos institucionais, das rendas auferidas;

VI - balanço patrimonial e financeiro dos dois últimos exercícios financeiros anteriores ao pedido; e

VII - declaração da entidade, ratificada pelo contador responsável, de que os livros e a escrituração estão revestidos das formalidades exigidas por lei;

§ 7º - Nos termos do disposto nos artigos 9º, 14, 194 e 195 da CTN, a imunidade tributária das Instituições de Educação e de Assistência Social:

I - não as dispensa do cumprimento das obrigações acessórias, assim como não as exclui da atribuição legal de, na condição de fonte pagadora, efetuar a retenção e o recolhimento do ISS, relativo aos serviços tomados de terceiros;

II - não se estende a serviços não relacionados diretamente com os objetivos institucionais da entidade, embora previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos;

III - não exonera do dever legal de permitir ao Fisco o perfeito desempenho de sua competência para examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e fiscais.

Art. 265 - São isentas de impostos municipais, as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Art. 266 - A concessão de outras isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesses do Município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de Lei Municipal.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão em lei de isenção de tributos, a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - As isenções previstas no artigo 264 estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por Ato de Prefeito, sempre e requerimento do interessado.

Art. 267 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Art. 268 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções expressamente estabelecidas neste Código.

Seção IX Da Dívida Ativa

Art. 269 - Constitui dívida ativa do Município aquela definida como tributária ou não tributária, na Lei nº 4.320 de 17/03/64 com alterações posteriores.

§ 1º - Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por Lei ao Município, será considerado Dívida Ativa.

§ 2º - A Dívida Ativa do Município, compreendendo a tributária e não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em Lei ou Contrato.

§ 3º - A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pela Procuradoria Municipal que apurará a liquidez e certeza do crédito, e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º - O termo de inscrição da Dívida Ativa conterá:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em Lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 5º - A Certidão da Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticado pela autoridade competente.

§ 6º - O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 7º - Até a decisão de primeira instância, a certidão de dívida ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurado ao executado a devolução do prazo para embargos.

Art. 270 - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção da certeza e liquidez.

Parágrafo único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilibida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

Art. 271 - A execução fiscal se processará na forma da Lei nº 6.830 de 22/09/80 e do Código de Processo Civil.

Parágrafo Único - Como medida prévia ou preparatória ao ajuizamento, à administração tributária é lícito promover a cobrança extrajudicial da dívida ativa.

~~Art. 272 - A Procuradoria Municipal, antes de ingressar em juízo com a cobrança da Dívida Ativa publicará relação dos devedores e aguardará por 30 (trinta) dias, liquidação amigável do débito. (revogado pela Lei 3.954/2013)~~

Art. 273 - A Procuradoria Municipal, opinará conclusivamente, nos processos em que não foi apurada a certeza e liquidez, do crédito para arquivamento.

Art. 274 - Os débitos relativos ao mesmo devedor serão, sempre reunidos, para efeito da cobrança da Dívida Ativa, em um só processo.

Parágrafo único - Quando os débitos assim reunidos não atingirem o valor de uma Unidade Padrão Fiscal do Município será o processo a eles referentes enviado ao Secretário Municipal de Finanças para arquivamento.

Art. 275 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na Dívida Ativa com dispensa de multa, dos juros de mora e da correção monetária.

§ 1º - Verificada a qualquer tempo a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar, a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de mora e da correção que houver dispensado.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior se aplica também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na Dívida Ativa, com ou sem autorização superior.

Art. 276 - É solidariamente responsável com o servidor, quanto a reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora e à correção monetária mencionados no artigo anterior, a autoridade superior que autorizar ou determinar concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

Art. 277 - A Dívida Ativa poderá ser recolhida em até 12 (doze) parcelas mensais mediante acordo que não constitui novação, da seguinte forma:

I - se na fase de liquidação amigável do débito:

- a) após confissão do débito;
- b) proposta do procurador Municipal;
- c) deferimento do Secretário Municipal de Economia e Finanças;

II - se ajuizada a cobrança:

- a) mediante petição conjunta, após proposta do Procurador Municipal e concordância do Secretário Municipal de Economia e Finanças;
- b) depois do despacho do juiz.

§ 1º - Nenhuma parcela poderá ser de valor inferior a uma Unidade Padrão Fiscal do Município.

§ 2º - Em qualquer situação, o não pagamento de uma só parcela determinará o rompimento do acordo e a exigência do restante do débito de uma só vez.

§ 3º - O acordo importará sempre, na correção monetária e juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano sobre as parcelas vincendas.

§ 4º - O requerimento pedindo acordo só será objeto de tramitação com a prova de quitação da parcela inicial a um duodécimo do total do débito ou numa Unidade Padrão Fiscal do Município (UPF), se inferior a esta.

Art. 278 - O Processo Administrativo da Dívida Ativa é da responsabilidade do encarregado, sendo o funcionário designado para exibi-lo em juízo no caso de requisição.

Art. 279 - A Procuradoria Municipal representará em juízo a Fazenda Pública Municipal para a execução fiscal e a defesa nas ações de execução propostas contra o Município.

Art. 280 - Sempre que houver penhora de bens móveis, não fungíveis, a Procuradoria Municipal requererá a remoção para depósito municipal.

Parágrafo único - O encarregado do depósito municipal será o depositário fiel dos bens.

Art. 281 - Além da publicação referida no artigo 271, a Procuradoria Municipal poderá efetivar a intimação do contribuinte por carta, através do Correio, ou por Oficial de Justiça mediante convênio.

Art. 282 - A cobrança da Dívida Ativa, na fase de liquidação amigável ou judicial, poderá ser objeto de contrato de serviços por terceiros, desde que atenda aos interesses da Fazenda Municipal.

Seção X

Do Processo De Parcelamento De Débito Fiscal

~~Art. 282-A – O débito fiscal relativo aos tributos municipais, qualquer que seja a fase de cobrança, poderá ser parcelado em até 36 (trinta) parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento antecipado de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do débito apurado, nas condições estabelecidas nesta seção.~~

~~§ 1º - Para os efeitos deste artigo, considera-se débito fiscal a soma do tributo e da multa, corrigidos monetariamente, e dos demais acréscimos previstos na legislação.~~

~~§ 2º - uma vez parcelado o débito, e este não for honrado pelo contribuinte, não poderá ser o mesmo objeto de novo parcelamento.~~

~~§ 3º - Caso, o contribuinte, possua parcelamento e esteja adimplente com o mesmo, não lhe será vedado, requer outros, desde que sejam objetos de novos débitos fiscais. (revogado pela Lei 3.784/2012)~~

Art. 282-A. O débito fiscal, de origem tributária ou não tributária, poderá ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e, consecutivas, mediante o pagamento antecipado de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do débito apurado, nas condições estabelecidas nesta seção.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se débito fiscal a soma do valor principal devido, acrescido de juros moratórios tributo e da multa, corrigidos monetariamente, e dos demais acréscimos previstos na legislação.

§ 2º Observadas as condições previstas neste artigo, será admitido reparcelamento de débitos constantes de parcelamento em andamento ou que tenha sido rescindido.

§ 3º No reparcelamento de que trata o *caput* deste artigo poderão ser incluídos novos débitos.

§ 4º A formalização do pedido de reparcelamento previsto neste artigo fica condicionada ao recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a:

I – 8% (oito por cento) do total dos débitos consolidados; ou

II – 16% (dezesesseis por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior.

§ 5º Aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de que trata este artigo as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei.

§ 6º Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição na Dívida Ativa ou prosseguimento da execução, conforme o caso, a falta de pagamento:

I – de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II – de 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais. (*art. 282-A e §§ acrescentados pela Lei 3.784/2012*)

Art. 282-B – O débito fiscal será determinado:

I – pelo valor fixado na Notificação ou Auto de Infração e Imposição de Multa;

II – pelo montante fixado na decisão administrativa;

III – pelo valor constante do termo de inscrição em Dívida Ativa para cobrança executiva;

IV – pelo valor do imposto não recolhido, denunciado espontaneamente pelo contribuinte.

Art. 282-C - O pedido de parcelamento será formulado e entregue de acordo com o disposto em normas complementares editadas pela Secretaria Municipal de Fazenda, sendo que a 1ª parcela deverá ser recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento, e seu pagamento será condição da efetivação do acordo.

Parágrafo único - Independente da quantidade de prestações, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior ao equivalente a 05 (cinco) UPF/VG.

Art. 282-D – O pedido de parcelamento após protocolado na repartição competente, implicará na confissão irretratável e irrevogável, do débito fiscal e renúncia à defesa ou recurso, administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, desta, reconhecendo integralmente a certeza e liquidez do débito fiscal.

§ 1º - O Município poderá exigir, ainda, para garantia da dívida, título de crédito no valor total do débito.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar o respectivo título de crédito para protesto junto ao Serviço Notarial.

Art. 282-E – Cada estabelecimento do mesmo titular é considerado autônomo para efeito e parcelamento de débito.

Art. 282-F – Todo o recolhimento referente a parcelamento de débito fiscal processar-se-á através de Documento de Arrecadação, observado o modelo indicado em normas complementares editadas pela Secretaria municipal de fazenda.

Parágrafo único - O contribuinte poderá, quando for o caso, autorizar o débito automático do valor das parcelas diretamente em sua conta corrente, quando instruirá o pedido de seu parcelamento com a devida autorização.

Art. 282-G – A falta de recolhimento, dentro do prazo, de qualquer das parcelas subseqüentes à primeira, implicará a denúncia do acordo, incumbindo à Coordenadoria de Administração Tributária a adoção das providências necessárias para sua efetivação.

§ 1º- A importância que deixar de ser paga em qualquer fase do parcelamento deverá ser automaticamente inscrita em Dívida Ativa.

§ 2º- A falta de pagamento, no prazo estabelecido, de três parcelas, cumulativos, do débito parcelado, implicará o vencimento automático das demais parcelas vincendas e autorizará a imediata inscrição em dívida ativa de todas as parcelas, com a perda dos benefícios, que porventura tenham sido concedidos, promovendo-se a imediata execução judicial nos moldes da legislação em vigor.

§ 3º - Após, efetivada a denúncia do acordo, o processo correspondente será:

I – encaminhado para lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa para constituição do crédito tributário referente ao saldo remanescente, quando o parcelamento for decorrente de confissão espontânea de débito pelo contribuinte;

II – encaminhado para inscrição em dívida ativa, quando o parcelamento for vinculado a Auto de Infração e Imposição de Multa, excluindo-se, neste caso, os benefícios por ventura concedidos, no que se refere à redução das multas.

Capítulo Único
Das Penalidades
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 283 - Sem prejuízo das disposições e penas constantes de outras Leis e códigos municipais, as infrações a este código serão punidos com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - sujeição a regime especial de fiscalização;

IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributo;

V - suspensão ou cancelamento do Alvará para funcionamento;

VI - vedação de concessão de licença, para edificação nova ou sua ampliação, aos contribuintes - Pessoa Física ou Jurídica - com débito de qualquer natureza para com o Tesouro Municipal;

VII - suspensão ou cancelamento da inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviço.

§ 1º - Excluem-se do disposto neste artigo os contribuintes com processos de liquidação do débito, ajustados junto a dívida ativa.

§ 2º - Os pedidos de licenciamento para edificação ou acréscimo deverão, a partir da vigência desta Lei, ser instruídos com certidão negativa, fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 3º - As edificações já licenciadas à data da vigência desta Lei, bem como aquelas de responsabilidade de contribuintes que não tenham cumprido acordo estabelecido com a Secretaria de Fazenda ou com a Procuradoria da Dívida Pública, terão a concessão do “habite-se” condicionada a apresentação da certidão negativa.

Art. 284 - A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido, das multas, da correção monetária e dos juros de mora.

Art. 285 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constantes de decisão de qualquer instância administrativa, ainda que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 286 - As infrações serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos da lei.

§ 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão.

§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência ou omissão de que trata este artigo.

Art. 287 - A co-autoria e a cumplicidade, nas infrações aos dispositivos deste Código, implica aos que praticarem e responderem solidariamente com os autores pelo pagamento do tributo devido ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a estes.

Art. 288 - Ressalvados os casos expressamente previstos, a imposição de multa para uma infração não exclui a aplicação de penalidade fixada para outra, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal, acaso verificada, nem a adoção das demais medidas fiscais cabíveis.

Art. 289 - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 290 - A sanção às infrações das normas estabelecidas neste Código, será no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento).

Parágrafo único - Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data da decisão final administrativa condenatória referente à infração anterior.

Art. 291 - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

Seção II Das Multas

Art. 292 - REVOGADO.

Art. 293 - Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta de pagamento das taxas previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título IV desta Lei, na época do seu vencimento, implicará a cobrança dos seguintes acréscimos:

I - recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da taxa devida, ou paga a menor;

II - recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após o seu início: multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da taxa devida e não paga, ou paga a menor;

III - iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, para funcionamento antes da concessão desta, sem prejuízo do recolhimento da referida taxa: multa de 20 (vinte) UPF;

IV - deixar de apresentar quaisquer declarações ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da taxa devida, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação pertinente: multa de 30 (trinta) UPF;

V - recusar de qualquer forma, dificultar a exibição de anúncio, da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal ou sonegar documentos para apuração da taxa: multa de 50 (cinquenta) UPF;

VI - as infrações relativas as taxas para as quais não haja penalidade específica, prevista nesta Lei: multa de 10 (dez) UPF.

Art. 294 - Ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, o descumprimento das obrigações principais sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo da exigência do imposto devido:

I - 100% (cem por cento) do valor do imposto aos que:

- a)** tendo emitido documentos fiscais e lançado nos livros próprios, deixarem de recolher, no prazo legal, no todo ou em parte o imposto correspondente;
- b)** na qualidade de contribuinte substituto, deixarem de reter, na fonte, o imposto devido pelo contribuinte substituído;
- c)** deixarem de recolher o imposto em virtude de haver registrado, de forma incorreta, nos livros fiscais, o valor real das prestações;
- d)** indicarem como isentas ou não tributadas, nos documentos fiscais, prestações sujeitas ao imposto;
- e)** encaminhado para inscrição em dívida ativa, quando o parcelamento for vinculado a Auto de Infração e Imposição de Multa, excluindo-se, neste caso, os benefícios por ventura concedidos, no que se refere à redução das multas.

II - de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto aos que:

- a)** deixarem de recolher, na qualidade de sujeitos passivos por substituição tributária, o imposto retido na fonte;
- b)** tiverem apurada por meio de levantamento fiscal, falta de recolhimento de imposto;

III - 200% (duzentos por cento) do valor do imposto aos que:

- a)** com o propósito de obterem vantagens para si ou para outrem, emitirem documento fiscal que não corresponda a uma efetiva operação ou prestação;
- b)** emitirem documento fiscal com numeração e/ou seriação em duplicidade;
- c)** emitirem documento fiscal contendo indicações diferentes nas respectivas vias;
- d)** indicarem no documento fiscal importância diversa do valor da operação ou prestação;
- e)** forjarem, adulterarem ou falsificarem livros ou documentos fiscais.

§ 1º - O recolhimento espontâneo, feito fora do prazo regulamentar sujeitará o contribuinte à multa de 2% (dois por cento), calculada sobre os valores básicos corrigidos monetariamente.

§ 2º - Iniciado o procedimento para exigência do crédito tributário, o contribuinte gozará de redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa, se liquidá-lo no prazo fixado na intimação; de 50% (cinquenta por cento) quando, proferida a decisão administrativa de primeira instância, o crédito exigido for pago no prazo em que caberia interposição de recurso.

§ 3º - A redução I - recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da taxa devida, ou paga a menor;

II - recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após o seu início: multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da taxa devida e não paga, ou paga a menor;

III - iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, para funcionamento antes da concessão desta, sem prejuízo do recolhimento da referida taxa: multa de 20 (vinte) UPF;

IV - deixar de apresentar quaisquer declarações ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da taxa devida, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação pertinente: multa de 30 (trinta) UPF;

V - recusar de qualquer forma, dificultar a exibição de anúncio, da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal ou sonegar documentos para apuração da taxa: multa de 50 (cinquenta) UPF;

I - 100% (cem por cento) do valor do imposto aos que:

- a) tendo emitido documentos fiscais e lançado nos livros próprios, deixarem de recolher, no prazo legal, no todo ou em parte o imposto correspondente;
- b) na qualidade de contribuinte substituto, deixarem de reter, na fonte, o imposto devido pelo contribuinte substituído;
- c) deixarem de recolher o imposto em virtude de haver registrado, de forma incorreta, nos livros fiscais, o valor real das prestações;
- d) indicarem como isentas ou não tributadas, nos documentos fiscais, prestações sujeitas ao imposto;
- e) encaminhado para inscrição em dívida ativa, quando o parcelamento for vinculado a Auto de Infração e Imposição de Multa, excluindo-se, neste caso, os benefícios por ventura concedidos, no que se refere à redução das multas.

II - de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto aos que:

- a) deixarem de recolher, na qualidade de sujeitos passivos por substituição tributária, o imposto retido na fonte;
- b) tiverem apurada por meio de levantamento fiscal, falta de recolhimento de imposto;

III - 200% (duzentos por cento) do valor do imposto aos que:

- a) com o propósito de obterem vantagens para si ou para outrem, emitirem documento fiscal que não corresponda a uma efetiva operação ou prestação;
- b) emitirem documento fiscal com numeração e/ou seriação em duplicidade;
- c) emitirem documento fiscal contendo indicações diferentes nas respectivas vias;
- d) indicarem no documento fiscal importância diversa do valor da operação ou prestação;
- e) forjarem, adulterarem ou falsificarem livros ou documentos fiscais.

§ 1º - O recolhimento espontâneo, feito fora do prazo regulamentar sujeitará o contribuinte à multa de 2% (dois por cento), calculada sobre os valores básicos corrigidos monetariamente.

§ 2º - Iniciado o procedimento para exigência do crédito tributário, o contribuinte gozará de redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa, se liquidá-lo no prazo fixado na intimação; de 50% (cinquenta por cento) quando, proferida a decisão administrativa de primeira instância, o prevista no parágrafo anterior não se aplica às hipóteses previstas no inciso III deste artigo.

§ 4º - As multas previstas neste artigo terão por base o valor do imposto atualizado monetariamente.

Art. 295 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude, ou sonegação de tributos.

Art. 296 - Ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei, ao descumprimento das obrigações acessórias serão aplicadas as seguintes penalidades:

I – Multa de 02 (duas) UPF/VG:

- a) por documento, aos que expedirem documento fiscal cujo valor da prestação do serviço evidencie sub-faturamento, sem prejuízo da reconstituição do imposto devido;
- b) por documento, aos que solicitarem e não retirarem Nota Fiscal no prazo de sua validade;

- c)** por mês, aos que deixarem de escriturar documentos fiscais relativos às prestações de serviço nos livros próprios, ainda que as mesmas sejam isentas, imunes ou não tributadas, ou o fizerem em desacordo com as disposições regulamentares;
- d)** por documento fiscal emitido fora da ordem seqüencial de numeração;
- e)** por Nota Fiscal que deixarem de efetuar a retenção do imposto, quando investidos na condição de Substituto Tributário, sem prejuízo do pagamento do imposto devido;
- f)** por Declaração de Serviços Contratados que deixarem de apresentar dentro do prazo regulamentar, aos contribuintes investidos na condição de Substituto Tributário;
- g)** por mês, aos que deixarem de comunicar a Ausência de Movimento Tributável, ou ainda, deixarem de efetuar o recolhimento da Taxa de Emolumentos nos prazos regulamentares.

II - Multa de 05 (cinco) UPF/VG:

- a)** por documentos fiscais, aos que deixarem de emití-los nas prestações de serviços, ainda que estas sejam imunes, isentas ou não tributadas, sem prejuízo do pagamento do imposto devido;
- b)** por livros e ou documentos fiscais, aos que utilizá-los sem prévia autorização do Fisco;
- c)** por documento fiscal, aos que, com intuito de dificultar a ação do fisco, indicarem nome de tomador de serviço diverso daquele a quem realmente o serviço for prestado, ou omitirem informações na Nota Fiscal de Serviços que dificultem a verificação de seus destinatários e da ocorrência do fato gerador e dos serviços efetivamente prestados, prejudicando desta forma os procedimentos fiscais para apuração de possíveis irregularidades;
- d)** por devolução, aos que deixarem de entregar ou fizerem fora do prazo regulamentar, à repartição, os documentos fiscais exigidos pelo Fisco;
- e)** por documento, quando o mesmo estiver em desacordo com aquele instituído pela legislação tributária;
- f)** aos que, depois de notificados pelo Fisco, permanecerem exercendo suas atividades sem estarem regularmente inscritos na repartição competente, sendo aplicada à penalidade por mês de descumprimento da obrigação;
- g)** aos que não comunicarem a paralisação temporária ou o encerramento de suas atividades no prazo estabelecido na legislação;
- h)** por documento fiscal emitido com prazo de validade vencido.

III - Multa de 10 (dez) UPF/VG:

- a)** aos que deixarem de comunicar ocorrência que implique em alteração cadastral;
- b)** por documento aos que não possuem livros e documentos fiscais, quando obrigados pelas legislações jurídico-comercial e fiscal;
- c)** por documento, aos que deixarem de comunicar o extravio, a perda ou inutilização de livros ou documentos fiscais;
- d)** aos que deixarem de reconstituir a escrituração de livros fiscais nos casos previstos na alínea anterior, dentro do prazo estipulado pela autoridade fiscal, sem prejuízo do recolhimento do imposto efetivamente devido;
- e)** aos que deixarem de manter sob sua guarda os livros e documentos fiscais pelo prazo legalmente instituído para homologação do crédito tributário, exceto quando houver autorização do fisco, onde a guarda poderá ficar sob a responsabilidade do contador;
- f)** pela prestação de informação falsa em documento de informação cadastral;

g) pelo não recadastramento da empresa para renovação de inscrição, após recebimento da intimação ou notificação da autoridade fiscal;

h) por livro fiscal adulterado, viciado ou falsificado.

IV - Multa de 15 (quinze) UPF/VG, por documento:

a) aos que não colocarem à disposição ou recusarem a apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela autoridade fiscal, bem como a tentativa de provocar embaraço, dificultar ou mesmo impedir a ação fiscal;

b) aos que imprimirem, para si ou para outrem, mandarem imprimir ou possuírem documentos fiscais sem autorização da repartição fiscal, ou em desacordo com as normas pertinentes, ou ainda, com numeração e ou seriação em duplicidade;

c) aos que fizerem uso de máquina registradora ou equipamento congênere, inclusive, relativo a sistema eletrônico de processamento de dados, sem prévia autorização do Fisco ou em desacordo com as disposições regulamentares;

d) aos que se negarem a fornecer documento fiscal, quando das operações de venda ou prestação de serviços;

e) aos que emitirem notas fiscais com valores distintos em suas vias ou nos Livros de Registro de Prestação de Serviços, sem prejuízo do recolhimento da diferença do imposto devido;

f) aos que não apresentarem ao Fisco, quando solicitados, os documentos fiscais e ou informações de natureza comercial que tenham realizado com qualquer empresa que esteja sendo objeto de fiscalização, sendo que, neste caso, sempre que possível, deverá o fisco proceder, primeiramente, nos moldes estabelecidos nos incisos V e VI deste artigo;

g) às tipografias e estabelecimentos congêneres que aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais estabelecidos pelo Município, sem a competente autorização da Fazenda Municipal, ou que não mantiverem registros atualizados de encomenda, execução e entrega de livros e documentos fiscais, na forma do regulamento.

V - Multa de 25 (vinte e cinco) UPF/VG aos que:

a) por embaraço à fiscalização, deixarem de entregar, ou o fizerem fora do prazo, à repartição fiscal, ou ao próprio Inspetor de Tributos, os documentos fiscais exigidos por este no Termo de Início de Ação Fiscal, no prazo neste estabelecido, sendo que somente caberá a aplicação deste dispositivo quando, manifestamente, o contribuinte deixar de atender a pelo menos duas comunicações expressas;

b) no prazo de 30 (trinta) dias contados da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multas relativas aos incisos anteriores, persistirem no descumprimento destas obrigações.

VI - Multa de 60 (sessenta) UPF/VG aos que:

a) se negarem à apresentação da documentação exigida, no prazo estipulado pela intimação superveniente ao primeiro Auto de Infração por embaraço à fiscalização, nos moldes do inciso anterior, sem qualquer justificativa que seja reconhecida pelo Fisco como satisfatória.

§ 1º - A aplicação das penalidades previstas neste artigo será feita sem prejuízo da exigência do imposto em Auto de Infração e Imposição de Multa e das providências necessárias à instauração da ação penal quando cabível;

§ 2º - Não havendo outra importância expressamente determinada, as infrações à legislação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza devem ser punidas com multa de 05 (cinco) Unidades Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande-UPF, por irregularidade.

§ 3º - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 297 - REVOGADO.

Art. 298 - A falta de recolhimento do Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais a Eles Relativos, nos prazos estabelecidos em Regulamento, sujeitará o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido.

§ 1º - O adquirente e o transmitente, bem como seus representantes, que assinarem, escrituras ou procurações e substabelecimento em causa própria de transmissão de imóveis das quais conste valor menor que o da transmissão, ficam sujeitos cada um, à multa de 100% (cem por cento) da diferença do imposto.

§ 2º - Nos casos de denúncia espontânea, verificado que o imposto devido não foi pago no todo ou em parte, ficará o contribuinte sujeito à multa de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o valor do imposto.

§ 3º - As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas, sem prejuízo do processo criminal ou administrativo cabível e do pagamento do imposto.

§ 4º - As infrações relacionadas com o pagamento do imposto de que trata este artigo, para as quais não esteja fixada penalidade específica, serão punidas com multa de 100% (cem por cento), sobre o valor do imposto.

Art. 299 - O serventuário ou funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos, concorrendo de qualquer modo para o seu não recolhimento ou pagamento, ficará sujeito às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para o recolhimento da multa pecuniária.

Seção III

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais

Art. 300 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributo e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, tomada de preço, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

Seção IV

Da Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização

Art. 301 - Em casos especiais e para facilitar ou compelir à observância da legislação tributária, as autoridades fiscais poderão determinar, a requerimento do interessado ou de ofício, a adoção de regime especial para o cumprimento das obrigações fiscais seja de natureza principal e/ou acessória.

Art. 302 - O Regime Especial de Fiscalização de que trata este Capítulo será definido em regulamento.

Seção V

Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções

Art. 303 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas que na forma do artigo 264 gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições deste Código ficarão privadas, por um exercício, da concessão e no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 265 deste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação neste sentido devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado nos prazos legais.

Seção VI

Das Penalidades Funcionais

Art. 304 - Serão punidos com 15 (quinze) dias de suspensão:

I - os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada na forma deste Código;

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais de forma a lhes acarretar nulidade.

Art. 305 - Esta penalidade será imposta pelo Prefeito mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o regime jurídico único dos servidores municipais.

Art. 306 - A penalidade será aplicada depois de transitada em julgado a decisão que a impôs ou comprovada em inquérito administrativo.

Título VII

Do Processo Fiscal

Capítulo I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

Seção I

Dos Termos de Fiscalização

Art. 307 - A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará lavrar, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constarão além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda de aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros, serem preenchidos à mão e inutilizadas as entrelinha em branco.

§ 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade, contra recibo no original.

§ 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator.

§ 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses, dos incapazes, definidos pela Lei Civil.

Seção II

Da Apreensão de Bens Móveis, Mercadorias e Documentos

Art. 308 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive bens, mercadorias, documentos, impressos, papéis, programas e arquivos magnéticos, existentes em estabelecimento comercial, agrícola, industrial, ou profissional do contribuinte, responsável ou de terceiros ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo único - Havendo prova ou fundada suspeita de que os objetos e/ou documentos se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 309 - Da apreensão lavrar-se-á termo, observando-se no que couber, o disposto no artigo 316 deste Código.

Parágrafo único - Do auto de apreensão constará a descrição dos bens ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 310 - Os documentos apreendidos poderão a requerimento do autuado, ser-lhe devolvido, ficando no processo cópia de inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 311 - Os bens apreendidos serão restituídos a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo único – quando os bens apreendidos devam permanecer retidos, a autoridade fiscal pode determinar, a pedido do interessado, que deles se extraia total ou parcialmente, cópia autêntica para entregar ao contribuinte, retendo os originais.

Art. 312 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º - Apurando-se a venda, importância superior ao tributo atualizado monetariamente, a multa e os juros de mora devidos será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção III

Da Notificação Preliminar

Art. 313 - Verificando-se omissão não dolosa ou qualquer infração de lei ou regulamento fiscal, de que possa resultar evasão de tributo, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º - Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º - Lavrar-se-á igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 314 - A notificação preliminar será feita em formulário destacado de talonário próprio, ou por meio eletrônico, e conterá entre outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado;

II - local, dia e hora da lavratura;

III - descrição sumária do fato que motivou a sua lavratura e indicação do dispositivo legal violado, quando couber;

IV - valor do tributo e das multas devidos, se for o caso;

V - assinatura do notificante.

Parágrafo único - Aplicam-se a este artigo as disposições constantes dos §§ 1º a 4º do artigo 307.

Art. 315 – A Notificação Preliminar se efetivará das seguintes formas:

I – pessoalmente ou por intermédio de preposto, empregado ou funcionário;

II – por via postal com Aviso de Recebimento (AR) datado e cientificado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III – por edital, com prazo de 30 (trinta) dias se desconhecido o domicílio tributário do infrator;

IV - no procedimento respectivo, mediante termo de ciência, datado e assinado pela autoridade fiscal e pelo notificado.

Art. 316 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando for encontrado no exercício da atividade tributável, sem prévia inscrição;

II - quando houver provas de ação para eximir-se ou furtrar-se ao pagamento do tributo;

III - quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de tributo antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar, ou auto de infração.

Seção IV

Da Representação

Art. 317 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Prefeitura Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição deste Código ou de outras Leis e Regulamentos Fiscais.

Art. 318 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível o nome, a profissão e o endereço de seu autor, será acompanhada de provas ou indicará os

elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto, ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 319 - Recebida a representação a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.

Capítulo II
Dos Atos Iniciais
Seção I
Do Auto de Infração

Art. 320 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinha, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, dia e hora da lavratura;

II - referir-se ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração quando for o caso;

IV - conter intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

§ 4º - O Auto de Infração e Imposição de Multas poderá ser emitido por meio eletrônico e enviado ao contribuinte por meio de correspondência com Aviso de Recebimento, nas formas e condições estabelecidas em Regulamento, ou emitido manualmente e entregue ao contribuinte infrator.

Art. 321 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão e então conterá, também, elementos deste (artigo 307 e parágrafo único).

Art. 322 - A intimação ao autuado para pagar o tributo e multas devidos, ou apresentar defesa e provas, nos prazos indicados, será feita:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias se desconhecido o domicílio tributário do infrator.

Art. 323 - A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, da data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta e se for omitida 15 (quinze) dias após a postagem da carta no Correio;

III - quando por edital, no termo do prazo, contando este da data da afixação ou publicação.

Art. 324 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificados no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 321 e 322 deste Código.

Seção II Das Reclamações Contra Lançamento

Art. 325 - O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação no órgão oficial, da afixação do edital ou do recebimento do aviso.

Art. 326 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 327 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Art. 328 - A reclamação contra lançamento não terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

Seção III Da Defesa

Art. 329 - O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Art. 330 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo, contra recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la.

Art. 331 - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Art. 332 - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dado vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar contra-razões no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

Seção IV Das Provas

Art. 333 - Findos os prazos a que se referem os artigos deste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo não superior a 30 (trinta) dias, em que outras devam ser produzidas.

Art. 334 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da Fazenda, ou quando ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas a agente da fiscalização.

Art. 335 - Ao autuante e ao autuado será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamentos.

Art. 336 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências e as alegações que tiverem, serão juntadas ao processo ou constarão do termo da diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Art. 337 - Não se admitirá prova fundada em exame de livro ou arquivos das repartições da Fazenda Pública ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

Seção V **Da Decisão de Primeira Instância**

Art. 338 - Findo o prazo para produção de provas, ou extinto o direito de apresentar a defesa, o processo será conclusivo à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento de parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante e ao reclamante e ao impugnante, por 3 (três) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

Art. 339 - A autoridade não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com a convicção, em face das provas produzidas no processo.

Parágrafo único - Se não se considerar habilitada a decidir a autoridade poderá converter o julgamento em diligência ou determinar a produção de novas provas.

Art. 340 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Seção VI **Dos Recursos** **Subseção I** **Do Recurso Voluntário**

Art. 341 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido as contra-razões, nas reclamações contra lançamentos.

Art. 342 - É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Subseção II Da Garantia de Instância

Art. 343 - REVOGADO.

Art. 344 - REVOGADO.

Art. 345 - REVOGADO.

Art. 346 - REVOGADO.

Subseção III Do Recurso de Ofício

Art. 347 - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 1 (uma) vez o salário mínimo regional.

Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Seção VII Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 348 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e quando for o caso, também do seu fiador para o prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento no valor da condenação;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III - pela notificação do contribuinte para vir receber ou quando for o caso, pagar no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia de instância;

IV - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido, alienação, com fundamento no artigo 311 e seus parágrafos, deste Código;

V - pela imediata inscrição, como dívida ativa e remessa da certidão à cobrança executiva dos débitos a que se referem os números I e III, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Título VIII
Do Cadastro Fiscal
Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 349 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I - o cadastro imobiliário;

II - o cadastro dos produtores, industriais e comerciantes;

III - os cadastros dos prestadores de serviço de qualquer natureza.

§ 1º - O cadastro imobiliário compreende:

a) os lotes de terrenos vagos, existentes ou que venham a existir nas áreas ou destinados a urbanização;

b) os lotes de terrenos edificados existentes nas áreas urbanas e urbanizáveis.

§ 2º - O cadastro dos produtores, industriais e comerciantes compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários de indústria e de comércio, habituais e lucrativos, existentes no âmbito do Município.

§ 3º - O cadastro dos prestadores de serviço de qualquer natureza compreende as empresas e os profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 350 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aqueles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie exercerem atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 351 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis e trocar informações de interesse fiscal.

Art. 352 - A Prefeitura poderá quando necessário instituir outras modalidades de cadastro a fim de atender à obrigação fazendária dos tributos de sua competência, especialmente os relativos a contribuição de melhoria.

Capítulo II
Da Inscrição no Cadastro Imobiliário

Art. 353 - A inscrição dos imóveis urbanos no cadastro imobiliário será promovida de ofício pelo órgão competente.

Art. 354 - Para efetivar a inscrição no cadastro imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente, uma ficha para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura, instruída com título de propriedade ou domínio útil.

§ 1º - São pessoalmente responsáveis pelo fornecimento de informações de que trata o "caput":

I - a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade a compra e venda de bens imóveis, conforme dispuser o regulamento;

- II - o proprietário ou seu representante legal ou o respectivo possuidor a qualquer título;
- III - qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
- IV - o compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;
- V - o inventariante, síndico ou liquidante quando se tratar de imóveis pertencentes a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

§ 2º - As informações deverão ser prestadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do evento que resultar na modificação do status cadastral do imóvel, sob pena de multa prevista nesta Lei para os faltosos.

§ 3º - Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no § 2º, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

§ 4º - As modificações na titularidade de imóveis serão averbadas mediante a exibição do título aquisitivo, transcrito no registro de imóveis competente e da prova de quitação dos tributos devidos.

Art. 355 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cadastro por onde correr a ação.

Parágrafo único - Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 356 - Os responsáveis por loteamento ficam obrigados à fornecer até ao dia 5 (cinco) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no cadastro imobiliário.

Art. 357 - Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas em relação aos imóveis, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 358 - Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 5 (cinco) de cada mês, relação dos imóveis escriturados no mês anterior, com os nomes de outorgantes e respectivos valores.

Art. 359 - A concessão de “habite-se” à edificação nova ou aceitação de obras em edificação reconstituída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no cadastro fiscal imobiliário.

Capítulo III

Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes

Art. 360 - A inscrição no cadastro de produtores, industriais e comerciantes será feita pelo responsável ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, fornecido pela Prefeitura, segundo regulamento.

Parágrafo único - Entende-se por produtor, industrial ou comerciante, para os efeitos deste Código, aquelas pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, que no território do Município estejam sujeitas ao pagamento de tributos municipais.

Art. 361 - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

- a) quando os estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura dos negócios;
- b) quando aos já existentes, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência deste Código.

Art. 362 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das características estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 363 - A cessação das atividades do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser anotado no cadastro.

Parágrafo único - A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria e comércio.

Art. 364 - Para os efeitos deste Capítulo considera-se estabelecimento o local, fixo ou não, de exercício de qualquer atividade produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviços.

Art. 365 - Constituem estabelecimento distintos para efeito de inscrição no cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio estejam localizados em prédios distintos ou livros diversos.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Capítulo IV

Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza

Art. 366 - A inscrição no cadastro de prestadores de serviços de qualquer natureza, será feita pelo responsável, empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviços.

Parágrafo único - Aplicam-se ao cadastro de que trata este artigo as disposições constantes dos artigos 360 a 365 deste Código.

Título IX

Da Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande

Art. 367 – Toda e qualquer importância devida aos cofres municipais, decorrentes de tributos, multas fiscais e faixas de tributação previstas na legislação tributária, multas administrativas e preços públicos e, ainda, dívida ativa, será expressa na legislação fiscal por meio de múltiplos e submúltiplos de uma unidade denominada “UNIDADE PADRÃO FISCAL DE VÁRZEA GRANDE”, representada pela sigla UPF.

Parágrafo Único – O valor da UPF será atualizado mensalmente, por ato do Secretário Municipal de Fazenda, com base nos índices oficiais adotados pela legislação federal para atualização monetária dos débitos para com a Fazenda Nacional.

Art. 368 - Salvo disposições em contrário, o valor do débito fiscal, inclusive parcelamento, para efeito de atualização monetária, será convertido em Unidade Fiscal de Referência Diária - UFIR DIÁRIA, no dia de apuração ou de ocorrência do evento previsto na legislação como determinante do pagamento do imposto, fazendo-se a reconversão em moeda corrente pelo valor dessa unidade na data do efetivo pagamento.

§ 1º - A correção se processará mediante a divisão do valor do débito pelo valor da UFIR DIÁRIA:

- I - na data da apuração dos impostos, previstos nos artigos 56 e 70;
- II - no ato do recolhimento dos impostos, quando efetuado espontaneamente;
- III - no Auto de Infração e Imposição de Multas, pelo próprio autuante, quando da lavratura;
- IV - no momento do recolhimento das importâncias exigidas em processos fiscais;
- V - no ato do despacho concessivo do pedido de parcelamento.

§ 2º - Na hipótese do inciso V, do parágrafo anterior, a correção monetária incidirá sobre as parcelas vincendas, quando não expressa em UFIR DIÁRIA.

§ 3º - Tratando de operação ou prestação de serviço ou levantamento de diferença do imposto de exercícios anteriores, sem a possível caracterização do período em que deveriam ser pagas, aplicar-se-á a correção do último mês do respectivo exercício, procedendo-se na forma prevista no “caput”.

§ 4º - A correção monetária dos débitos fiscais decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 1.994, será calculada na forma prevista no parágrafo seguinte, atendidas nos §§ 1º, 2º e 6º.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, a correção monetária será determinada com base nos coeficientes de atualização em vigor no mês em que ocorreu o pagamento do débito fiscal, considerando-se termo inicial o mês em que houver expirado o prazo normal para recolhimento do tributo.

§ 6º - Os acréscimos incidentes sobre os débitos fiscais, inclusive multa e juros, serão calculados sobre o respectivo valor atualizado monetariamente.

§ 7º - Havendo pagamento do débito fiscal exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multas, no prazo nele fixado, o termo final da incidência dos juros e da correção monetária será a data da lavratura do Auto./

§ 8º - A parcela mensal a ser recolhida por estabelecimento enquadrado no regime de estimativa será fixada em Unidade Padrão Fiscal de Várzea Grande - UPFVG e convertido em moeda corrente pelo valor dessa Unidade no mês do efetivo pagamento.

§ 9º - Os débitos fiscais relativos ao regime de estimativa serão corrigidos na forma prevista no § 5º, deste artigo.

Título X **Das Disposições Finais**

Art. 369 - Esta Lei Complementar será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 370 - Ficam cancelados automaticamente, todos os débitos fiscais em cobrança administrativa ou judicial que somados em relação a um mesmo contribuinte, corrigido monetariamente, não ultrapassem o valor de 5 (cinco) UPF, na data da publicação desta Lei.

Art. 371 - Toda a matéria de que trata esta Lei, no que pertinente às normas gerais de direito tributário, procedimento administrativo fiscal e normas de execução, entrará em vigor na data de sua publicação. A matéria referente aos tributos municipais e suas alíquotas, bem como os incentivos e isenções, começará a vigor a partir de 01 de janeiro de 1992, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “COUTO MAGALHÃES”, em Várzea Grande-MT, 23 de dezembro de 1991.
Carlos Augusto de Arruda Gomes
Prefeito Municipal

Obs.: atualizada em 26/03/2018, incluindo até as alterações da Lei 4.332/2017.